



Relações saúde-trabalho fora de foco: o desenvolvimento insustentável¹

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Ivonete Cavaliere

Saúde, trabalho e desenvolvimento: aproximações

Na perspectiva histórico-crítica, a análise das relações teórico-conceituais entre saúde, trabalho e direito (saúde do trabalhador em essência) e o desenvolvimento sustentável justifica-se na medida de sua atualidade. O tema do desenvolvimento sustentável frequenta as políticas públicas de desenvolvimento na modernidade, e a sua compreensão serve ao direcionamento de construtos teóricos e reflexivos para sua melhor aplicabilidade, inclusive, no campo legal.

1. Este capítulo, em grande parte, é extraído da tese de doutorado de um dos autores: Vasconcellos (2007).

Considerando a origem comum dos campos da saúde do trabalhador e do desenvolvimento sustentável no âmago dos processos produtivos, a partir da Revolução Industrial, uma questão se impõe: em que medida existem pontes de interseção entre esses dois campos de conhecimento na perspectiva teórica e conceitual, de modo a trazer aportes para uma compreensão melhor de sua indissolúvel relação, seja no recorte técnico, seja no político-institucional.

A escassa literatura sobre o tema dá margens a inquietudes epistemológicas, na medida em que as relações saúde-trabalho não se situam fora dos limites das relações saúde-ambiente, saúde-consumo e, propriamente, saúde-desenvolvimento, em que se situa toda a ideologia da sustentabilidade.

Nas trilhas teóricas do desenvolvimento sustentável, observa-se uma complexa e, tantas vezes, confusa imbricação entre formulações distintas, tais como a da física termodinâmica, a das políticas sociais, a da entropia, a da justiça ambiental e tantas mais. De qualquer modo, na imbricação de todas as variáveis está sempre presente o mercado global como pano de fundo da condução das políticas públicas. A participação da sociedade aparece sob novas rubricas, das quais se destaca o capital social, praticamente desaparecendo o protagonismo do Estado como condutor das políticas na complexa dinâmica da sustentabilidade. Além disso, o dito “desenvolvimento sustentável” vem desacompanhado do equivalente desenvolvimento dos direitos humanos e da diminuição das desigualdades sociais.

Não deve passar despercebida a semelhança entre o que ocorreu na Revolução Industrial e o que ocorre atualmente com a ideologia corrente do desenvolvimento sustentável. Quando o comportamento predatório das máquinas e das novas fábricas passou a comprometer a reprodução da força de trabalho, os próprios capitalistas industriais emergentes do século XVIII preocuparam-se em estabelecer regras do jogo como limites da exploração humana, cujo resultado foi o direito do trabalho.

De modo similar, quando o desenvolvimento econômico-produtivo dos anos recentes passou a comprometer a vida do planeta, incidindo de forma igualmente predatória sobre a natureza e os recursos naturais, os mesmos capitalistas industriais, não mais emergentes, preocuparam-se em estabelecer novas regras do jogo, cujo resultado foi o direito ambiental e toda uma ideologia de desenvolvimento sustentável, suavizada aos olhos das sociedades contemporâneas por uma aparente boa intenção de criar mecanismos de preservação da vida humana no planeta. O chamado “desenvolvimento sustentável” passou a ser uma ideologia aprovada, consentida e cada vez mais assumida pelo capital produtivo internacional e pelo capital financeiro e suas macrorrepresentações, tais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

O desenvolvimento sustentável, assim, passou a configurar uma ideologia do capital produtivo e financeiro internacional, frente à incapacidade de solucionar o problema decorrente da sua expansão permanente e ilimitada, seguindo sua natureza de acumulação e de busca de alternativas para sua manutenção e reprodução.

Nos anos recentes, com o fim da Guerra Fria e a consolidação de uma economia global de mercado, os conflitos decorrentes do desenvolvimento econômico-produtivo e a concentração não solucionada de riqueza e pobreza foram transferidos da esfera da luta de classes para a luta ecológico-ambientalista, com flagrante perda do referencial socialista nas lutas emancipatórias contra a ordem econômica hegemônica.

A luta ecológico-ambientalista, empunhando a bandeira da sustentabilidade, tornou-se mais aceitável e observada com simpatia por segmentos relevantes do capital, ganhando corpo nos segmentos sociais organizados do mundo contemporâneo. A velha e secular luta dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida e trabalho tornou-se anacrônica e débil, no marco da reestruturação produtiva da globalização.

Por outro lado, os Estados passaram a garantir um autoritarismo do mercado, de dimensões globais, com o consentimento e a parceria de parcelas significativas da sociedade organizada, sob uma nova forma de cooptação – o capital social.

A par disso, a produção teórica, científica e acadêmica que se manifesta sobre a sustentabilidade não dá mostras de solucionar a crise de paradigma de que se revestem essas questões, trabalhando com inúmeras variáveis que deságuam, no mais das vezes, na ação política de caráter fundamentalmente ambientalista.

No presente capítulo, consideramos que a categoria trabalho, explicativa e central no desenvolvimento econômico-produtivo, é desfocada do olhar da sustentabilidade, em suas diversas vertentes teóricas de produção de conhecimento e das correntes de luta política. Consideramos, ainda, as relações saúde-trabalho como ponto de partida para se pensar políticas de Estado em desenvolvimento sustentável, entendendo que os problemas do desenvolvimento residem na essência dos processos produtivos, em que se situa a categoria trabalho e sua relação com a saúde. Em outras palavras, a área de saúde do trabalhador, enquanto política focal de saúde pública, possui uma relevância e uma importância estratégica para as políticas de desenvolvimento que não vêm merecendo o interesse devido por parte dos Estados nacionais, dos intelectuais e dos movimentos sociais.

O contexto político da implementação de ações de saúde pública não valoriza e, por isso, torna invisível a categoria trabalho como um fator complexo de determinação social dos problemas de saúde das mais diversas ordens, nos mais diversos grupos populacionais e na pluralidade territorial onde a vida corre. Sem a devida recolocação do trabalho como eixo estruturante das relações sociais de produção, forja-se uma crítica do desenvolvimento e de suas relações sociais decorrentes sem uma crítica correspondente das formas de organização do trabalho no contexto de um desenvolvimento que se

pretende sustentável e que, portanto, seja capaz de dar sustentação à vida em todas as suas circunstâncias.

O presente texto parte da premissa de que, ao se desfocalizar a relação saúde-trabalho do contexto das políticas públicas que tratam da sustentabilidade da vida e da saúde, o desenvolvimento se torna insustentável em si mesmo. As premissas desse argumento dizem respeito à desfocalização da relação saúde-trabalho nas políticas de saúde pública; à desfocalização da relação saúde-trabalho nas políticas de desenvolvimento em geral; e à desfocalização da relação saúde-trabalho na produção de conhecimentos vinculados às ciências ambientais e demais ciências que subsidiam o ideário do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento (in)sustentável: uma ideologia camuflada

À semelhança do que ocorreu na Revolução Industrial, cujo risco de comprometer a reprodução da força de trabalho levou os próprios capitalistas industriais a estabelecerem regras do jogo como limites da exploração, o desenvolvimento sustentável é uma ideologia consentida e assumida pelo capital internacional e suas representações, como o FMI e o Banco Mundial. Mudou-se, contudo, o foco do comprometimento, antes sobre a força de trabalho, agora sobre a força da natureza e os recursos naturais.

O desenvolvimento produtivo, desde a Revolução Industrial, pode ser compreendido em dois períodos distintos. No primeiro, a substituição do combustível vegetal pelo mineral e da madeira pelo ferro teria refreado a devastação ambiental que vinha ocorrendo de forma intensa e tendia a crescer (Benjamin, 1990). No segundo período, com a industrialização plena, Mahatma Gandhi observava seu efeito altamente devastador:

Que Deus jamais permita que a Índia adote a industrialização à maneira do Ocidente. A Inglaterra precisou de metade dos recursos do

planeta para alcançar tal prosperidade. De quantos planetas um país grande como a Índia iria precisar? (Teich, 2002, p. 83.)

Com a mudança do foco do trabalho para o meio ambiente, uma indústria do desenvolvimento sustentável, como qualquer outro negócio de interesse do capital em sua permanente migração para novas formas de acumulação, passou a ser um negócio do futuro. Já em 1994, o *ecobusiness*, sinalizando para um promissor e crescente mercado, anotava somente na América do Norte mais de mil laboratórios de análise de poluição que competiam fortemente entre si (Maimon, 1994). A partir de então, a ampliação do campo de abrangência do econegócio tornou-se inesgotável: energia, agricultura, floresta, água, lixo, hábitos de vida, questões diversas assentadas em tecnologias adaptativas e inovadoras.

O desenvolvimento sustentável, enquanto bandeira de luta em defesa de grupos populacionais, povos, nações e ecossistemas, é uma questão de interesse comum da humanidade, mas sua motivação e utilização geram interesses contraditórios. Há na questão uma essência pouco visível.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como eco-desenvolvimento no início da década de 1970, num contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada principalmente pela publicação de relatório do Clube de Roma² que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental.

-
2. Clube de Roma: “Em 1968, o economista italiano Aurelio Peccei reuniu em Roma um grupo de cientistas, industriais, economistas, educadores e políticos para estudar os fundamentos da crise pela qual passava a civilização. De acordo com a avaliação do grupo, que ficou conhecido como ‘Clube de Roma’, o problema possuía diversas manifestações, como a expansão urbana, a perda de fé nas instituições, a rejeição dos valores tradicionais, a deterioração econômica e os danos ambientais. Estes aspectos eram identificados como

O relatório *The limits to growth* (Meadows *et al.*, 1972) propunha limites radicais para o crescimento econômico e populacional e, apresentado ao Clube de Roma, foi traduzido para 30 idiomas, influenciando fortemente os debates sobre o desenvolvimento nos anos seguintes.

Uma ideia de crescimento zero, depois corroborada por uma teoria de estado estacionário do crescimento econômico – *steady state* (Daly *apud* Corazza, 2005), foi moldando algumas vertentes teóricas sobre a sustentabilidade.

Pesquisadores dos Grupos de Bariloche e Sussex faziam uma crítica centrada na despolitização do Relatório Meadows (Corazza, 2005), o que contribuiu para a inclusão de variáveis sociais, econômicas e políticas no debate sobre a sustentabilidade, embora o Relatório Meadows fosse profundamente ideológico ao propor, por exemplo, políticas neomalthusianas para conter a *catástrofe* (Herrera *et al.*, 2004).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada pela Organização das Nações Unidas), no Relatório Brundtland (*Nosso futuro comum*), moldou o conceito de desenvolvimento sustentável, ainda hoje largamente utilizado, como aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (Brundtland, 1991).

Desde a Conferência de Estocolmo, promovida pelas Nações Unidas em 1972, ano em que foi criado o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), muitas conferências e acordos aconteceram, com destaque para a Rio-92, como o clímax de um processo de amadurecimento dos 20 anos anteriores, no sentido de

componentes que interagiam de maneira muito complexa para serem tratados isoladamente” (Corazza, 2005). Ver também: <<http://www.clubofrome.at/brasil/archive/index.html>>; captado em: 17-5-2010.

se pensar a relação entre meio ambiente e humanidade não centrada apenas na preservação da fauna e flora ameaçadas.

Após esses sucessivos acontecimentos, o desenvolvimento sustentável ganhou relevância em espaços decisórios capazes de configurar tendências mundiais, a ponto de influenciar políticas públicas locais e globais, gerar novas formas de organização social, criar lógicas próprias de relações econômicas e, entre outras iniciativas, estabelecer reavaliações na configuração de processos produtivos industriais, agrícolas e extrativos. Podemos dizer que estava delineada uma nova ideologia desenvolvimentista, sob o manto protetor da ideia politicamente correta e socialmente bem acolhida da sustentabilidade.

Também, no nível global, a temática do desenvolvimento sustentável foi rapidamente incorporada ao espaço de ensino, pesquisa e geração de conhecimento das escolas de nível básico e superior, ganhou relevância nos vários formatos da mídia e tornou-se objeto temático das artes, especialmente no cinema, na literatura e nas artes plásticas, por meio da utilização de material reciclado.

Essa acelerada construção ideológica, apropriada pelo capital internacional, apresentada ao mercado como um promissor negócio e introduzida no imaginário simbólico daqueles que produzem informação, conhecimento e arte, nos instiga a refletir sobre os seus reais significados:

Desenvolvimento sustentável é hoje uma expressão que conforma um espaço de debate e disputa entre diversos significados [...] o pragmatismo de articular o ambiental e o social dentro do modelo vigente, fazendo disto novos nichos de mercado [...] conferir um tom de modernidade ao seu discurso, sem compromisso com mudanças [...] o conceito contraditório por natureza, desacreditando da possibilidade de articular desenvolvimento com sustentabilidade [...]. (Rigotto, 2004, p. 105.)

A ideologia da sustentabilidade foi se consolidando como uma nova concepção de desenvolvimento, centrada nas variáveis am-

bientais, mas considerando variáveis econômicas, sociais, políticas e éticas. Um aspecto relevante na trajetória vertiginosa de uma consciência global de sustentabilidade, hoje bem consolidada, e que se confunde com as primeiras manifestações dos verdes europeus, é que ela ocorreu concomitantemente à derrocada do chamado “socialismo real”.

O fim da Guerra Fria nos anos 1980, simbolizado pela queda do Muro de Berlim (1989), desarticulou globalmente as esquerdas marxistas revolucionárias, simultaneamente à constituição de uma esquerda mais ecológica, à semelhança dos verdes, alicerçada numa ética humanista desfocada da luta de classes. Foi nítida a migração da utopia marxista revolucionária, vista como anacrônica aos olhos do mundo com o fim da Guerra Fria, para uma ideologia com algum recheio socialista, centrada em novas formas de luta, com ênfase na sustentabilidade do planeta.

Estado tímido e terceiro setor

Nesse novo contexto, bem atual, grande parte da esquerda revolucionária adotou, no cenário internacional, a luta por uma reforma do modelo de desenvolvimento global, já agora numa situação inédita de aliança tácita com o poder econômico transnacional, cujo discurso também se situa no mesmo cenário simbólico da sustentabilidade. Sem confrontar diretamente a burguesia capitalista internacional com o *ultrapassado* discurso da luta de classes, grande parte da esquerda ocupou espaços, ora nos governos de esquerda, amansados pela nova ordem política internacional, ora no terceiro setor, contribuindo para a avassaladora proliferação de organizações não governamentais mundo afora.

Esses organismos do terceiro setor, de coloração ideológica de esquerda, proliferaram no campo ambiental e desenvolvimentista

fortemente ligados a uma intelectualidade socialista pós-moderna, cuja sobrevivência passou a depender de financiamentos, ora dos próprios governos, ora das agências financiadoras e reguladoras internacionais, com destaque para o Banco Mundial.

A conhecida influência dos organismos financeiros internacionais para a capacidade de governança dos países endividados ganhou relevância no contexto global pós-Guerra Fria:

Una influencia que no se queda en el ámbito de las grandes cifras macroeconómicas o la capacidad de decisión política de los gobiernos, sino que tiene un impacto aún mayor sobre las condiciones de vida de cientos de millones de personas. (Arias e Vera, 2002, p. 6.)

Uma das imposições dos organismos financiadores, na linha da substituição de um Estado *pesado* por um Estado mínimo ou *eficiente*, foi competentemente desenvolvida na direção do empoderamento da sociedade civil e suas organizações. James Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial (1995-2005), em discurso realizado em 2002, a respeito de projetos ligados ao desenvolvimento de países endividados e empreendidos por entidades da sociedade civil, assinalava que “en el Portal del desarrollo, hay más de 63.000 proyectos de desarrollo en curso” e ressaltava o esforço do banco em ampliar e melhor articular esses projetos, de modo a melhor controlá-los (2002, p. 7).

Setores sociais formadores de opinião – ligados a partidos políticos de esquerda – e organismos financeiros internacionais, pouco a pouco, foram forjando uma aliança em prol da sustentabilidade, a partir da institucionalização de projetos desenvolvidos pelo terceiro setor, legitimando a ideologia do Estado *eficiente*, assumida pelo Banco Mundial (1997). O libelo neoliberal do Estado mínimo foi dando lugar à ideia de Estado *eficiente*, ou seja, eficiente e forte o suficiente para garantir o curso tranquilo da globalização numa nova sociedade global de mercado.

O cenário de cooptação de quadros da esquerda como dirigentes do terceiro setor tornou-os tributários do processo de substituição do aparelho de Estado por esses organismos, que acabam se responsabilizando pelo desenvolvimento de políticas públicas em diversos setores, especialmente no campo das políticas focais.

A consolidação de uma estrutura paraestatal de atenção às políticas sociais focais (*targeting*) passou a buscar compensações para as desigualdades econômicas nos estratos residuais. Segundo Kerstenetzky (2005), no sentido reparatório, as políticas focais buscam reparar as desigualdades de oportunidades dos estratos da população que não são atingidos pela *justiça de mercado*.

A par de sua justificativa emergencial, em situações-limite de crise conjuntural, a perpetuação de políticas focais, antagônicas às políticas sociais universalistas, coloca em evidência a hegemonia do mercado na condução das políticas públicas. Ao Estado centrado nesse enfoque não resta alternativa senão sujeitar-se às oscilações de maior ou menor capacidade redistributiva propiciada pela *justiça de mercado*, sem o poder de estabelecer reparações de caráter estrutural dessas políticas.

Nesse cenário, as organizações não governamentais passam a ser as instâncias efetoras mais *adequadas* à operacionalização dessas políticas.

A intensa participação das ONGs nas iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, cujo mérito, a curto prazo, é o de fermentar o debate e estimular a tomada de posições, a longo prazo se mostra imprevisível nos rumos que poderá tomar, pela nítida substituição do papel do Estado em inúmeras atividades.

Partindo da premissa de que o “Estado fracassa”, Salamon (1998, p. 8) justifica o florescimento de atividades do terceiro setor pela ocorrência de crises e mudanças revolucionárias que “convergiram, tanto para limitar o poder do Estado quanto para abrir o caminho para esse aumento na ação voluntária organizada” (*idem, ibidem*).

As crises de que fala Salamon seriam a do moderno *welfare state*, a do desenvolvimento, a crise ambiental global e a crise do socialismo (*idem*, p. 8-9).

A migração da nova esquerda para o terceiro setor reforça a preocupação com a possível solução das crises, tendo em vista uma retirada maior do Estado na condução da cena operacional de implementação das políticas sociais.

Fato visível no discurso da sustentabilidade, por parte dos organismos não governamentais, compartilhado pela nova esquerda, é um ajuste de objetivos com o capital financiador, especialmente internacional, com evidente desmobilização das lutas históricas no âmago do mundo do trabalho. Criou-se uma vertente de luta mais ambientalista, com *desideologização* da luta de classes, tornando o trabalho, historicamente seu protagonista, também *desideologizado*.

Configura-se um cenário em que, pouco a pouco, uma confluência ideológica esquerda-direita vai se consolidando na condução de políticas públicas, por essa terceira via, e com a legitimação da nova esquerda pela intelectualidade, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Bresser-Pereira, em análise sobre uma nova esquerda, assinala:

Existe uma quantidade muito grande de políticas públicas que não se distinguem por ser de direita ou de esquerda, mas por serem adequadas e competentes, ou inadequadas e incompetentes. Por outro lado, ainda que o pêndulo político tenha mudado de direção, a precedência do mercado sobre o Estado na alocação de recursos será duradoura. O centro pode já ter começado a mover-se em direção à maior igualdade e a alguma política industrial, mas não retornará ao planejamento estatal de toda a economia. Os governos planejarão seus próprios gastos. O novo Estado gerencial que está surgindo, além de passar a contar com agências executivas com mais autonomia para regular mercados oligopolistas, terá também um papel “capacitador” (*enabling*) das empresas nacionais que devem competir a nível internacional. Esses fatos fazem as pessoas dizer que a Nova Esquerda no governo segue a liderança da Nova Direita. (Bresser-Pereira, 2000, p. 154.)

Essa confluência esquerda-direita vai se tornando, a cada dia, mais visível e mais explícita. No dia 11 de dezembro de 2006, por ocasião da entrega do prêmio Brasileiro do Ano, da revista *IstoÉ*, o presidente Lula declarou:

Fiquei vinte e tantos anos criticando o Delfim Netto e hoje sou amigo dele. É a evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro. Quem é mais de esquerda vai ficando mais social-democrata, menos à esquerda. E as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista é porque ela está com problema. Mas se conhecer uma pessoa muito nova de direita também está com problema. Quando a gente tem 60 anos é a idade do ponto de equilíbrio. A gente se transforma no caminho do meio, aquele que precisa ser seguido pela sociedade.³

Nesse contexto do Estado globalizado, conduzido pela nova esquerda no poder, caso do Brasil e de vários países da América Latina, em que a cota de responsabilização da sociedade na condução e execução de políticas públicas focais não está bem definida, não se sabe por onde andar a sustentabilidade.

O que se sabe é que essa estratégia reforça a hegemonia das políticas neoliberais na condução das políticas econômicas e desenvolvimentistas globais:

Esses alicerces em que a tradição liberal é fortalecida pela eficiência dos mecanismos institucionais parecem assegurar o cenário de crescimento e aperfeiçoamento contínuo que muitos estudiosos indicam para as organizações do Terceiro Setor. Nesse cenário, o aumento quantitativo

-
3. Reportagem de Ana Paula Marra e Julio Cruz Neto, da Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/12/11/materia.2006-12-11.9249927080/view>>; captado em: 8-1-2007. Obs.: a menção feita a Delfim Netto decorre da crítica histórica que o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores faziam à época do período autoritário em que Delfim foi ministro.

previsto é tão significativo que Rifkin (1996), em sua desalentadora análise sobre as perspectivas do desemprego estrutural no mundo, acena com as organizações do Terceiro Setor como um dos raros segmentos que continuarão ampliando sua demanda de trabalhadores de diferentes níveis e perfis. (Fischer e Falconer, 1998, p. 13-4.)⁴

A perspectiva de ampliação do terceiro setor, no cenário de desemprego estrutural, agrega um elemento inédito da dinâmica de reprodução e acumulação de capital. As atividades sem fins lucrativos de alguns desses organismos não impedem que haja uma capitalização de ativos financeiros poupados em fundos próprios, cujo reinvestimento é pouco sujeito ao crivo fiscal. A capacidade de criar lucro com atividades não lucrativas é escassamente avaliada.⁵ Ficamos por conta de saber do quanto o Estado dispõe e onde, nessa dinâmica de fluxos financeiros, para suprir o financiamento de políticas sociais.

Alguns dados são significativos: levantamento realizado em 2006 estimava que o terceiro setor movimentava US\$ 1,33 trilhão por ano no mundo, com cerca de 300 mil ONGs, 1,5 milhão de empregados e 42 milhões de voluntários, sendo que esse movimento no Brasil representava R\$ 10,9 bilhões/ano (Pró-Cidadania, 2006).

-
4. Os autores fazem menção ao trabalho de Jeremy Rifkin, *O fim dos empregos*, São Paulo, Makron Books, 1996.
 5. Em consulta efetuada ao Banco Central em 10 de outubro de 2006, com o seguinte teor: “Por favor, desejo uma informação para uma pesquisa que faço na Fundação Oswaldo Cruz. Não consegui resposta junto à Receita Federal. As organizações sem fim lucrativo, tipo ONG, com receita superavitária podem acumular ativos financeiros? Em que modalidade de poupança? Fundos próprios? Podem transferir ou reinvestir? O Banco Central regulamenta essas atividades financeiras? Onde posso obter mais informações sobre o tema? Muito obrigado.” A seguir, a resposta, em 1º de novembro de 2006: “Prezado Sr. Luiz: Não há norma do Banco Central que trate do assunto. Atenciosamente, Secretaria de Relações Institucionais/Divisão de Atendimento ao Público RC.”

Mesmo sendo relevante o trabalho desenvolvido por muitos organismos do terceiro setor, auxiliando no provimento de políticas sociais, a questão é saber que estimativa de resolutividade se faz no médio e longo prazos, com a transferência de responsabilidades do Estado a esses organismos, cuja capacidade de captação de recursos depende do mercado.

Um novo capital: o *capital social*

Além das organizações do terceiro setor, contemporaneamente emerge a figura do *capital social*. Também legitimado pela nova esquerda, o capital social utiliza a expressão simbólica “capital” com o sentido de valorização da participação social nos novos arranjos do mercado.

O capital social faz crer que estamos diante de novas estratégias de dominação da cidadania não mais pela forma de concessão de direitos individualizados (Poulantzas, 1977), mas pela forma de concessões de direitos coletivos a organizações da sociedade civil, com forte componente econômico centrado no financiamento de suas ações.

Com o incentivo da luta política em torno de organizações não governamentais e o surgimento de novas modalidades de acumulação baseadas num neocapitalismo industrial coerente com a sustentabilidade, vão surgindo, do mesmo modo, novas formas de cooptação social. A consequência mais imediata, que parece bem consolidada, é o aparelhamento de representações sociais com financiamento privado e a substituição do Estado por políticas locais, pontuais e específicas, e com o apoio explícito de uma nova esquerda.

Nessa linha de cooptação, o Banco Mundial e demais organismos financiadores internacionais vêm adotando a ideologia do capital social, com reforço político e financeiro às iniciativas que o fortaleçam:

O conceito de *capital social* tem sido amplamente utilizado na sociologia norte-americana para demonstrar a importância das redes sociais

informais na construção de relações sociais e de formas de sociabilidade nas quais interesses pessoais e coletivos se imbricam. A existência desse “capital” se constituiria, igualmente, em importante indicador de participação política através do estabelecimento ou consolidação de relações de confiança entre sociedade e Estado, o que o tornaria elemento crucial a ser mobilizado na implementação de políticas públicas, podendo explicar o êxito ou fracasso dessas políticas. (Lima, 2001, p. 46.)

A partir de trabalhos de Jane Jacobs, Pierre Bourdieu, James Coleman, Francis Fukuyama e Robert Putnam, entre outros, o conceito de capital social começou a ganhar contornos mais consistentes. Putnam considera que o capital social aumenta os benefícios dos investimentos em capital físico e humano, cuja existência seria fonte tributária de crédito para se contrapor ao desempenho de governos ineficientes, letárgicos e corruptos e, como consequência, seria fonte de investimento e desenvolvimento econômico. Observa, ainda, que o capital social aumenta a eficiência da sociedade pelo estabelecimento de confiança, normas e redes, por meio de ações coordenadas, e que “criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar” (Putnam, 1996, p. 194). Cabe refletir sobre essas observações.

No conceito emergente de capital social, misturam-se associativismo, cooperativismo, convívio social, vida comunitária, instâncias cívicas, corporações, agremiações, ONG, voluntariado etc.

A valorização do capital social, num contexto de globalização econômica, soa como estratégia de *humanização* do capital. Na medida do aprofundamento das sociedades de mercado e de expansão mundial do capitalismo, o capital social, pouco a pouco, vai sendo incorporado ao próprio conceito de capital, mitigando o seu significado ideológico de exploração, acumulação e exclusão, para ganhar um novo significado simbólico de valorização humana. Os indícios para se considerar esse novo símbolo do capitalismo de mercado como estratégia de legitimação, especialmente junto à nova

esquerda e ao meio intelectual produtor de conhecimentos, parecem bem evidentes.

Bernardo Kliksberg, diretor da Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética e Desenvolvimento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), bem assinala essa representação de capital social:

O capital social compreende a confiança, a capacidade de associatividade de uma sociedade, a consciência cívica e seus valores éticos predominantes. Têm correlações entre capital social e crescimento econômico de médio e longo prazo, entre capital social e saúde pública, entre capital social e bom funcionamento do Estado, entre capital social e governabilidade democrática. É uma forma de capital que não entrava na análise econômica ortodoxa, mas estava presente na realidade e hoje tem plena legitimidade nas ciências do desenvolvimento. (Kliksberg, 2008.)

A estratégia parece ser tão promissora para os gerentes dos organismos financiadores das políticas de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo que o capital social, segundo essa visão, deverá solucionar os grandes problemas de exclusão social e de outros tantos, como uma espécie de panaceia para os países em vias de se desenvolverem:

Hoje se trata de construir capital social para enfrentar a criminalidade, melhorar o rendimento escolar, potencializar a microempresa, melhorar as relações entre o contribuinte e o fisco, e muitas outras aplicações. O nível de voluntariado de uma sociedade é uma das expressões de seu capital social. Seu impacto no desenvolvimento é muito concreto. Nos países desenvolvidos hoje os voluntários produzem de 5% a 10% do Produto Interno Bruto em bens e serviços sociais. (Kliksberg, 2008.)

Kliksberg continua sua análise citando alguns exemplos de superação de dificuldades estruturais por meio da elevada presença de voluntariado, caso de Israel, que produz 10% do seu PIB em serviços voluntários, da Noruega, em que 70% da população faz trabalho voluntário, e demais países nórdicos, cuja responsabilidade social empresarial e o voluntarismo são eixos fundamentais de seus modelos

socioeconômico-políticos, tidos como exemplares (*sic*). Atualmente, as ONGs voluntárias americanas aportariam 20 bilhões de horas de trabalho anuais, equivalente ao que 9 milhões de trabalhadores em tempo integral despenderiam (Kliksberg, 2008).

É evidente que os exemplos citados são inaplicáveis ao conjunto dos países, especialmente aqueles em que o grau de miséria e vulnerabilidade da população seja elevado. O caso de Israel é singular, pelas características históricas de sua construção, em que grande parte de seus concidadãos participou de um mutirão cívico voluntário (Lei do Retorno) na construção do país. É de se esperar que o comportamento coletivo da cidadania estabeleça vínculos culturais com o voluntariado. Noruega, Estados Unidos e os demais países desenvolvidos, de per si, também têm peculiaridades que não podem ser generalizadas e aplicadas como parâmetros, pois seu voluntariado não carece de rendas mínimas de sobrevivência.

Alejandro Portes, em extensa revisão conceitual sobre capital social, ressalta que há um entusiasmo que deve ser relativizado:

Não é provável que o entusiasmo granjeado pelo conceito de capital social [...] e pelas suas cada vez mais diversas aplicações a diferentes problemas e processos sociais venha a desaparecer tão cedo. Esta popularidade é parcialmente merecida, visto que o conceito chama a atenção para fenômenos reais e importantes. Contudo, ela é também parcialmente exagerada, por duas razões. Em primeiro lugar, os processos que o conceito abarca não são novos e foram já estudados no passado sob outros nomes. Chamar-lhes capital social é, em grande medida, um modo de os apresentar sob uma aparência mais sedutora. Em segundo lugar, há poucos fundamentos para acreditar que o capital social se revelará um remédio imediato para grandes problemas sociais, tal como é prometido pelos seus mais ousados proponentes. As proclamações recentes nesse sentido limitam-se a reformular os problemas originais e não têm sido acompanhadas, até agora, por nenhuma proposta convincente sobre como criar os tão desejados *stocks* de civilidade pública. (Portes, 2000, p. 152.)

O autor mantém sua análise na mesma linha, assinalando algumas de suas armadilhas. No nível individual, os processos podem se constituir em

facas de dois gumes. Os laços sociais podem produzir um maior controle sobre comportamentos desviantes e fornecer acesso privilegiado a recursos; podem também restringir as liberdades individuais e vedar a terceiros o acesso aos mesmos recursos através de preferências particularistas. (Portes, 2000, p. 152.)

Continuando, o autor ressalta um outro posicionamento frente ao tema:

Uma visão mais desapaixorada permitirá aos investigadores considerar todas as facetas do evento em questão e evitar transformar a bibliografia subsequente numa celebração sem restrições da comunidade. Sair em defesa do comunitarismo é legítimo enquanto posição política; não constitui boa ciência social. Como rótulo para os efeitos positivos da sociabilidade, o capital social detém, na minha perspectiva, um lugar assegurado na teoria e na investigação empírica, desde que sejam reconhecidas as suas diferentes fontes e os seus diferentes efeitos, e que os seus aspectos negativos sejam examinados com a mesma atenção. (Portes, 2000, p. 152-3.)

A par das afirmações sem qualquer caráter comprobatório, do ponto de vista histórico, antropológico, político ou econômico dessas teses, em que se atribui o sucesso do modelo econômico ao capital social, ficam mais algumas indagações.

Por que a ênfase no trabalho voluntário, sabendo-se que ele não possui qualquer vinculação com a ampliação do mercado de trabalho, da empregabilidade de médio e longo prazos e da garantia de direitos trabalhistas historicamente conquistados através de lutas políticas, tantas vezes sangrentas, ao longo da história? Por que investir na ampliação do associativismo e voluntarismo, como parceiros na ampliação dos mercados globalizados, sabendo-se que essas organizações fundamentalmente dirigem suas ações aos grupos de

excluídos sociais? Seria uma estratégia para controlar esses diques de contenção da insatisfação social, com ampliação monumental de políticas assistencialistas, promovidas não mais pelo Estado, dito pesado e potencialmente ameaçador à expansão do mercado, mas pela própria sociedade civil cooptada e estimulada pelo mercado e a ele incorporada de forma mais orgânica, como se dele fizesse parte indissolúvel?

Parece haver uma intenção de transformar os próprios excluídos em voluntários para trabalhar em políticas residuais e compensatórias para tratar de sua própria exclusão.

Se ao mercado interessa a consolidação da garantia de sua expansão ilimitada, a tranquilidade política para essa expansão e a diminuição dos custos de transação para o aumento da acumulação, a mercantilização das relações humanas, ao se tornar bem aceita pelas sociedades globais e pela nova esquerda, serve à legitimação do mercado na ordem global. Ao transformar povo em capital e agregar-lhe valor, diante dos novos excluídos a responsabilidade do Estado é transferida à sociedade, que, por meio do voluntarismo, deve promover o ajuste para que os excluídos sejam atendidos em suas necessidades básicas. Mais um tema para reflexão.

Mesmo os Estados menos permeáveis aos humores do mercado vão perdendo o *status* de condutores da política frente à aliança mercado-sociedade civil, não apenas pela via impositiva de um novo consumismo para uma nova sociedade de consumo, mas também pela ocupação ideológica de corações e mentes da sociedade civil, confundindo-a com o próprio mercado, como previa Karl Polanyi em seu “moinho satânico” e nas palavras proferidas em 1947:

Para o estudioso da antropologia social nada é mais óbvio que a variedade de instituições que resultam ser compatíveis com meios de produção praticamente idênticos. A criatividade institucional do homem vem decrescendo porque se permitiu que o mercado triture o material humano reduzindo-o à monótona uniformidade de uma paisagem lu-

nar. Não deve surpreender que a imaginação social do homem mostre sinais de estancamento. Poderemos chegar ao ponto de perder definitivamente a elasticidade, a riqueza e a força imaginativa de que estava dotada a espécie humana no estado selvagem. (Polanyi, 1980, p. 12.)

Por mais que haja uma certa participação da sociedade, por meio da cooptação de grupos organizados localmente que dependem do desenvolvimento produtivo para se reproduzir e se perpetuar, a geração de riqueza continua sendo concentradora, mantendo as massas marginalizadas e blindadas ao usufruto da riqueza gerada. A incorporação da questão da pobreza ao discurso desenvolvimentista, estratégia de mercantilização das relações sociais, não condiz com o comportamento dos Estados capitalistas periféricos, cuja concentração de renda e riqueza não dá sinal de grandes mudanças. Se estamos diante de um pensamento único calcado no desenvolvimento econômico e de mercado, por certo não será o capital social a solução dos problemas da miséria. Falando sobre a América Latina, o próprio Kliksberg, seu entusiasta, faz suas ressalvas:

O pensamento econômico convencional tem a visão de que a única política que interessa é a econômica. O social virá como consequência do econômico. Ao gerar mudanças nas variáveis macroeconômicas gerará crescimento que se “derramará” na população pobre e a retirará de suas dificuldades. Os recursos e energias devem concentrar-se no campo econômico. A política social tem, nesse enfoque, funções bem restritas. Atenuar os impactos mais graves do período de ajustes. Para tanto deveria atuar de forma focalizada sobre os setores com problemas mais graves para reduzir os problemas a eles causados. Como se diz frequentemente na região, é “a assistência pública que recolhe os mortos e os feridos deixados pela política econômica”. (Kliksberg, 2002, p. 32.)

O mercado e não o Estado como o condutor da sustentabilidade

A supressão do Estado como protagonista na condução das políticas públicas; a incorporação de parcelas organizadas e formadoras

de opinião da sociedade no projeto de humanização do capital; a introjeção de um discurso de combate à pobreza pelos organismos financiadores da dívida; e a hegemonia do mercado como balizamento das novas relações econômicas globais nos remetem à imagem do “moinho satânico” de Polanyi (1980).

É muito cedo para imaginar para onde caminha a condição humana nesse cenário, que se poderia chamar de grande balão de ensaios das relações entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento produtivo, sob o manto sagrado do mercado, ainda que resguardada por uma *idônea* ideologia do desenvolvimento sustentável.

Há uma profunda contradição entre o liberalismo econômico vigente e um aparente objetivo na defesa de direitos humanos e dos pobres. Ao impor condições aos países endividados, o FMI e o Banco Mundial transformaram-se em fábricas de Estados adequados ao mercado, em que um dos principais laboratórios da política monetária internacional foi o Consenso de Washington. Resultado de um plano sofisticado das correntes monetaristas neoliberais, a partir de experiências levadas a cabo no Chile, logo após o assassinato de Salvador Allende (1973), e na Argentina sob o regime militar (1976-1983), o laboratório da aplicação das medidas econômicas, em que ambas as sociedades estavam silenciadas com a mão de ferro das duas ditaduras sanguinárias, serviu como balizamento para uma tomada de posições consensuais em Washington, no sentido de estabelecer diretrizes econômicas liberalizantes (Larrain, 1999; Vilas, 2000). O termo “Consenso de Washington” foi cunhado por John Williamson, para quem o consenso sobre as diretrizes estava feito porque Washington estava de acordo, entendendo-se por Washington, o FMI, o Banco Mundial, o Congresso americano e o Federal Reserve, entre outros (Williamson, 2000). As medidas econômicas consensuais até hoje adotadas são dez: disciplina orçamentária; mudanças na prioridade dos gastos

públicos; reforma fiscal; liberalização financeira; câmbio competitivo; livre comércio; abertura ao capital estrangeiro; privatizações; desregulamentações; e garantia dos direitos de propriedade (*idem*).

A revisão de dogmas econômicos como o do fundamentalismo do mercado e da satanização do Estado, entretanto, é tão ágil quanto tem sido a sua implantação. Joseph Stiglitz, *insuspeito* ex-vice presidente do Banco Mundial e Prêmio Nobel de economia de 2001, por sua contribuição à análise do funcionamento dos mercados, observa:

O Consenso de Washington já nasceu cheio de erros [...]. Costumo destacar três pontos principais em relação a essa questão. O primeiro é a importância da equidade para o desenvolvimento, completamente ignorada [...]. O segundo é a relevância do emprego, fundamental para promover a igualdade e para atribuir poder às pessoas [...]. Por fim, também é primordial pensar cada vez mais no papel do Estado. Eu não acredito que os governos devam cuidar de tudo, mas também rejeito totalmente a idéia de que o Estado não precisa fazer nada. É o que costumam chamar de terceira via. Uma das críticas ao consenso é o fato de ter subestimado o papel do Estado. Hoje, percebemos que o consenso, que nasceu como uma solução, não se mostrou uma condição necessária ou suficiente para o sucesso do desenvolvimento. (Stiglitz, 2005, p. 1.)

Daí, o discurso do Banco Mundial dirigido aos pobres é coerente com a necessidade de previsão e provisão de políticas focais e transferência de renda aos pobres, como retorno de uma mínima parte para a perpetuação do ciclo. O Programa Bolsa Família/Fome Zero, brasileiro, é coerente com essa lógica. Trabalhando com o conceito de regulação social tardia, Sposati (2002, p. 8) situa as políticas sociais que vêm sendo adotadas nesse contexto: “Sob a regulação social tardia, o modelo político dominante não é mais o de Estado-Nação. Aliás, o que ocorre é uma acelerada passagem entre Estado-Nação-Democrático para o Estado transnacionalizado.” Continua a autora:

Uma característica das ações do Estado no campo social em países de regulação social tardia é a de responder frágil e temporariamente aos

direitos sociais. [...] a cultura de direitos sociais a políticas sociais é substituída por ações sociais e não, propriamente, por políticas sociais públicas duradouras. Elas se transformam em programas de governos, com isto desmanchando “a possibilidade” da “responsabilidade pública” efetiva. [...] políticas sociais mediadoras com vínculos com o mercado. As políticas sociais precisam ser mediadas por formas auxiliares como a bolsa-escola para que a criança freqüente a escola já que a atenção da escola não é plena.

Ainda com o exemplo da bolsa-escola, a autora segue observando as implicações de políticas sociais residuais, sem a solidez de políticas mais estruturantes:

[...] a provisão parcial da política social é cúmplice da política neoliberal que combina a necessidade de provisão no mercado via o consumo de determinados bens como vestimentas, materiais, transporte, por meio de recursos individuais [...]. Grande parte dos programas sociais estatais sob tal orientação são substituídos por programas de transferência de auxílios regulares mensais sob a forma de renda mínima. [...]. Com a garantia da renda mínima, os novos consumidores, antes indigentes, passam a ter por um dado tempo, crédito no mercado podendo consumir produtos onde vivem. Esta rede de consumo circunstancial injeta recursos indiretamente na economia, ficando na dependência da vontade do mercado gerar, ou não, novos empregos. (Sposati, 2002, p. 6-8.)

Essa dinâmica cambiante vem oscilando entre a defesa intransigente da completa ausência ou da forte presença do Estado na condução das políticas públicas:

Os dois extremos: o Estado onipotente e o Estado ausente deram lugar a outra maneira de ver o problema. Ela parte do núcleo central de idéias do enfoque de desenvolvimento integrado recém-exposto. Se há interesse em atingir de forma simultânea e coordenada o desenvolvimento econômico, social, sustentável e político, há necessidade de políticas públicas ativas e administradas com bastante eficiência. (Kliksberg, 2002, p. 50.)

Entre esses extremos, neste texto pensamos que a atuação do Estado é condição básica de partida para se pensar as políticas de

desenvolvimento, centrando seu olhar sobre o trabalho e a produção em sua relação com a saúde. Todavia, somente um Estado forte e decidido a se contrapor à ordem internacional possibilita a recomposição das políticas públicas da sustentabilidade, numa linha distinta da que seguimos vendo.

Mas, na condição de Estado forte, o encaminhamento das políticas sociais não virá, por certo, seguindo a receita das reformas com a soberania do mercado plenamente em vigor. Reformas que, a rigor, continuam transferindo riqueza, no plano interno, das classes médias e medianamente pobres para as elites econômicas e, no plano externo, desde as economias dos países em desenvolvimento para o capital internacional, aprofundando as desigualdades econômicas globais:

Abandonado a su propia dinámica, el proceso de globalización es fuertemente diferenciador: ahonda las desigualdades entre países ricos y países pobres y preserva o agrava las disparidades dentro de cada sociedad. Entre 1980 y 1994 el grupo de países que el Banco Mundial considera más desarrollados incrementó su porción del producto mundial de 70% a 79%; los países de nivel medio de desarrollo la redujeron de 23% a 16%, y los países más pobres retrocedieron de siete a cinco por ciento. (Vilas, 2000, p. 37.)

O cumprimento da agenda de reforma do Estado pelos últimos governos brasileiros, na linha do Consenso de Washington, independentemente de sua composição partidária mais à direita, com Fernando Collor de Melo, ou mais à esquerda, com Luis Inácio Lula da Silva, confirma a aproximação das ideologias no mundo globalizado em direção a um *centro*, cujo imperativo é o mercado.

Com a hegemonia das políticas liberais, reduziu-se o espaço de expansão da democracia, inviabilizando-se o Estado de bem-estar social e o crescimento econômico sustentado (Fiori, 2003). Caminha-se para um Estado cada vez mais liberal ou, como vem se convencionalmente denominar, para amenizar o termo, social-liberal:

[...] el Estado del capitalismo globalizado del siglo veintiuno será un Estado social-liberal. Será social, porque seguirá siendo responsable de la protección de los derechos sociales en materia de educación, salud y previsión básica. [...] Será liberal, porque realizará estas tareas de forma mucho más competitiva, dejando de ofrecer a la burocracia estatal el monopolio de las partidas presupuestarias para la educación, la salud y la cultura. La construcción de obras de infraestructura será tercerizada. Por lo demás, este cambio fue el primero en suceder, aun antes de que el Estado social-burocrático entrara en crisis. Las empresas productoras de bienes serán privatizadas. Las empresas productoras de servicios públicos serán objeto de concesiones a empresas privadas. Estos dos fenómenos empezaron a ocurrir con gran intensidad a partir del decenio de 1980, como una respuesta a la crisis del Estado. Y finalmente, la oferta de servicios sociales se entregará, también en forma competitiva, no a empresas privadas, sino a organizaciones públicas no estatales. Este es un fenómeno que está empezando a ocurrir en todo el mundo, aunque todavía la gran mayoría de los analistas no haya dado cuenta de él. (Bresser-Pereira, 1998, p. 108.)

Bruno Latour (1999) considera que, se o século XX foi frequentemente denominado de marxista, o século XXI deverá ser polanyista, pela visão da economia de mercado de Karl Polanyi como “algo bem mais profundo: a economia como disciplina não ‘descreve’ o mercado auto-regulado, mas antes o executa, isto é, o produz por imposição mais ou menos violenta daquilo que ele deve ser” (Latour, 1999, p. 5). Prossegue Latour, estabelecendo paralelismos entre Marx e Polanyi:

Acreditou-se que o marxismo desabou porque teria “politizado” indevidamente uma ciência exata, a saber, a economia liberal neoclássica. Querem nos fazer crer que, depois desse “desvio” político do marxismo, nada resta além de uma ciência triunfante e indiscutível: a economia. Ora, tirar uma tal conclusão da terrificante experiência deste século que em breve termina seria juntar um terror novo àquele que se pretende explicar. (Latour, 1999, p. 5.)

Em sua obra clássica de 1944, *A grande transformação: as origens da nossa época*, Polanyi (1980a) considera o mercado um

“moinho satânico”, que tritura os homens, suas crenças e valores, seus *habitats*, sua identidade de ser integrado à natureza, sua própria condição humana. Polanyi, citando Heckscher,⁶ põe-se de acordo com a ideia de que a mente humana precisará de alguns séculos para dominar a compreensão dos fenômenos econômicos que permeiam o mercantilismo (1980a, p. 54).

Sustentando que o sistema de mercado revela uma “natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana” (*idem*, p. 62), Polanyi parte da premissa de que, historicamente, antes do sistema de mercado, as relações econômicas entre os homens estavam imersas nas relações sociais, e o sistema econômico, qualquer que fosse a forma de organização da sociedade, era conduzido por motivações não econômicas (*idem*, p. 65).

Sua máxima observação, no tocante ao tema, é que o mercado, com seus padrões constituintes do sistema econômico de mercado, controlados pelo próprio mercado, torna-se diretor da organização da sociedade, como se esta fosse um mero acessório do mercado: “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas nas relações econômicas” (*idem*, p. 77).

Nesse contexto, surge a questão da regulação do mercado como variável imprescindível para ditar o rumo que o sistema econômico tomará em sua trajetória. Ou seja, a condição para o totalitarismo do sistema de mercado, a ponto de regular as próprias relações sociais, é a sua própria condição de autorregulação: “Uma economia

6. Eli F. Heckscher (1879-1952), sueco, especializou-se em história do pensamento econômico e tornou-se conhecido por ter redigido, em 1919, o artigo que gerou o modelo “Heckscher-Ohlin-Samuelson” de comércio internacional. Principais publicações: *The continental system: an economic interpretation* (1918); *The effect of foreign trade on the distribution of income*, (1919); *Ekonomisk tidskrift mercantilism*, dois volumes (1931); *An economic history of Sweden* (1954).

de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável” (*idem*, p. 89).

Segundo Polanyi, estaríamos numa passagem da trajetória gradativa do mercado para uma onipresença totalitária, do mercantilismo para uma economia de mercado – mercado dirigido por mercados –, estabelecendo padrões, sistemas e mecanismos para se constituir numa sociedade de mercado e, finalmente, chegarmos ao seu apêndice, uma civilização de mercado: “Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado” (*idem*, p. 93).

Sem entrar no mérito do comportamento psicossocial das massas, Polanyi acredita que a ideia de autorregulação do mercado e sua harmonização automática com os interesses da comunidade, e, portanto, de cada indivíduo em si mesmo, leva o indivíduo a respeitar as leis econômicas, mesmo que o destruam (*idem*, p. 107). Esse seria o processo subliminar que impregnou nossa consciência (*idem*, p. 108). De certo modo, o movimento de cooptação da sociedade organizada, com a incorporação do capital social ao mercado, segundo a posição explícita do FMI e do Banco Mundial, confere evidente coerência à análise de Polanyi. A posição de entusiastas do capital social corrobora Polanyi:

El enraizamiento (*embeddedness*) de las relaciones económicas en las relaciones sociales encuentra en el capital social un modo de reducir los costos de transacción. Las relaciones de confianza y cooperación ayudan a superar problemas de información y transparencia, facilitando la ejecución de acuerdos. (Kliksberg e Tomassini, 2000, p. 116-7.)

Reconhecida a nova ordem da onipresença do mercado, o capital social seria um mero instrumento de diminuição dos custos de transação. Resta saber a qual dos significados de custos de transação se está reportando e a quem será destinado o excedente decorrente da diminuição dos custos. Polanyi caminha por uma linha bem peculiar.

Percorrendo os postulados dos economistas clássicos e pensadores do século XVIII que, de algum modo, se debruçaram sobre a razão da pobreza, os vínculos de equilíbrio com a prosperidade das nações (Ricardo, Adam Smith), os limites na progressão das sociedades (Townsend, Malthus) e o utilitarismo-tampão nos conflitos sociais (Bentham, James Mill), Polanyi deposita em Owen a visão mais lúcida (*sic*) na sinalização de que a Revolução Industrial e o seu corolário – o mercado – deveriam ser regulados, sob pena de se transformar em força devastadora, acarretadora de graves males (Polanyi, 1980a, p. 157).

Continuando com sua hipótese, Polanyi confronta o seu “moinho satânico” com o pensamento liberal, cujo credo observa que os problemas do mercado decorrem dos movimentos protecionistas e excessivamente reguladores, que impedem sua expansão e suas “generosas” consequências (*idem*, p. 176). Em outras palavras, o pensamento liberal, segundo Polanyi, atribui as dificuldades para que a economia de mercado resolva os problemas da humanidade, incluindo a miséria e as desigualdades sociais, ao excesso de regulação e ao excesso de Estado regulador.

O que o sistema de mercado tem de melhor, segundo o liberalismo econômico, não pôde florescer em sua maravilhosa plenitude pelo excesso de regulação, mas, segundo Polanyi, o que o sistema de mercado tem de pior não pôde ser mostrado em sua face diabólica pelo mesmo motivo.

Embora Polanyi e Marx sejam profundamente antiliberais, seus pensamentos são marcados por diferenças ideológicas em que ressalta o caráter não marxista de Polanyi, especialmente quanto ao materialismo dialético como explicação dos fenômenos sociais históricos. Latour reitera essas diferenças:

Para Marx, como para os liberais que ele acreditava combater, a economia como coisa existe e serve de infra-estrutura indiscutível para o resto da vida social. Para Polanyi, pelo contrário, é justamente essa

crença que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, e uma economia política de esquerda deve justamente “evitar compartilhá-la”. A ciência econômica nada mais é do que uma interpretação infeliz de fenômenos desencadeados por um erro. (Latour, 1999.)

Entretanto, a despeito das diferenças, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels, mesmo sem usar explicitamente a expressão, tratam do mercado também como uma espécie de “moinho satânico”:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais [...]. Todas as relações [...] com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado [...]. A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. (Marx e Engels, 1990, p. 69.)

Pouco a pouco vai se consolidando uma ideologia do desenvolvimento sustentável fundamentada em relações sociais centradas no mercado e nas suas transações, dependentes do compromisso e do desempenho de parcelas significativas da sociedade investidas de responsabilidades decisórias na formulação e execução de políticas públicas e tendo como horizonte a incapacidade do Estado de resolver os problemas decorrentes da relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento produtivo. Toledo (1998) chama a atenção para alguns desses aspectos:

[...] es preciso que los movimientos ecológicos emprendan una crítica profunda del sistema de mercado. Este sistema no cuenta con ninguna clase de mecanismo interno capaz de garantizar y asegurar la rehabilitación de los recursos naturales destruidos por el mercado mismo. Los costos de la destrucción se cargan sistemáticamente a las poblaciones

que viven de los recursos naturales. Bajo estas condiciones el mercado es incapaz de responder a los requerimientos de la economía de la naturaleza y de la economía de subsistencia. (Toledo, 1998, p. 171.)

O autor continua sua análise estabelecendo correlações entre a ideologia em jogo e o mercado:

La ideología del desarrollo económico basado en el mercado, define como “pobres” a las poblaciones que poseen los recursos naturales, porque no participan de la economía de mercado totalizadora, no consumen mercancías producidas y distribuidas a través del mercado, aún cuando puedan satisfacer sus necesidades a través de mecanismos de autosubsistencia. [...] El desarrollo como ideología se incorpora así a los mecanismos de dominación global del sistema capitalista. Crea la necesidad de apoyos financieros internacionales e incrementa las deudas externas. Controla los recursos naturales que sistemáticamente y de un modo ineluctable se transfieren de manos de las poblaciones locales a las del Estado y de las empresas multinacionales. (Toledo, 1998, p. 171-2.)

Finalmente, Toledo vislumbra um cenário desfavorável para atender à essência do que está verdadeiramente em jogo:

Las condiciones de la incorporación al mercado determinan las formas de utilización de estos recursos: parques nacionales, reservas de la biosfera, empresas cooperativas, compañías privadas, etc. La integración a la economía global, marginaliza, subordina o destruye los procesos naturales y las economías de subsistencia. En todos los casos: los subordina a las necesidades de la reproducción del capital. (Toledo, 1998, p. 172.)

Sabe-se que nada é novo, a história se reinventa. Nessa mesma linha de discussão, podemos citar um fragmento do *Manifesto comunista*, escrito há um século e meio e cujo conteúdo impressiona por sua atualidade:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para

grande pesar dos reacionários retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial. (Marx e Engels, 1990, p. 69-70.)

Nessa perspectiva, tendo o Estado provedor e garantidor, como parte cada vez mais secundarizada no processo do andar humano, a hegemonia do mercado e seus custos de transação vêm se transformando no pano de fundo da condução das políticas públicas propostas para o desenvolvimento sustentável.

Tanto o desenvolvimento que conhecemos quanto o desenvolvimento sustentável, como hoje está proposto, são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor a sua vontade ao conjunto da humanidade. Ela atrela e subordina a sustentabilidade exclusivamente ao mercado e à ideologia que o sustenta (Leroy *et al.*, 2002, p. 18).

Teorias, correntes, facções...

Apesar das ressalvas, perante a mídia global “desenvolvimento sustentável” tornou-se uma expressão *simpática*, aceita pela população, adotada pelos governos, introjetada no imaginário simbólico

de grande parte da intelectualidade, gerando, pode-se dizer, um caos teórico-metodológico sobre suas características, formulações, encaminhamentos e desdobramentos.

Posicionar-se contra uma política tida como de sustentabilidade é como colocar-se contra a própria vida no planeta. Desviou-se o foco essencial da discussão, em que se retira do debate midiático o modelo de desenvolvimento como questão de fundo, ao considerá-lo como fato consumado. O centro do debate passou a ser a sustentabilidade, em si mesma, como coisa benfazeja, bem-vinda e a ser alcançada a qualquer custo, sem se debater pública e amplamente com a mesma ênfase a capacidade de sustentar a sustentabilidade. Bem analisada por diversos autores, a capacidade de se conferir sustentabilidade, de per se, ao desenvolvimento é limitada, segundo a lei da entropia:

A entropia [...] se caracteriza justamente por dar conta de um fenômeno qualitativo: a mudança de um estado (baixa entropia) para outro (alta entropia). A sustentabilidade material do processo econômico repousa nesse limite qualitativo, na baixa entropia (energia e estruturas materiais ordenadas) disponíveis no início do processo, frente à alta entropia (energia e estruturas materiais dispersas) resultante no final do processo. (Stahel, 1994, p. 108.)

Georgescu-Roegen (1995, p. 53), um dos estudiosos mais relevantes das leis da termodinâmica que embasam o equilíbrio entrópico do planeta, assinala como paradoxo a relação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Au travers de ce paradoxe du développement économique, nous pouvons saisir le prix dont l'homme doit payer le privilège unique que constitue sa capacité de dépasser ses limites biologiques dans sa lutte pour la vie.

Por outro lado, questionar o desenvolvimento econômico-produtivo implica, em algum momento, incursionar por teorias-tabus, especialmente no nosso meio acadêmico, como as teorias malthu-

sianas de controle do crescimento populacional, caso do próprio Georgescu-Roegen (Corazza, 2005).

No caminho que vem sendo trilhado pelas teorias do desenvolvimento sustentável, observa-se uma complexa, e às vezes confusa, imbricação entre formulações tão distintas quanto a da física termodinâmica, a da política social e a distribuição de riqueza a partir do crescimento econômico, a do suposto equilíbrio do binômio natureza sustentada-crescimento sustentável e tantas mais. Todavia, observa-se que na imbricação de todas as variáveis estão sempre presentes: o mercado global, como pano de fundo da condução das políticas públicas; a participação da sociedade sob novas rubricas, das quais se destaca o capital social; e a supressão do Estado como condutor das políticas.

As trilhas teóricas e formuladoras seguidas acabaram por confundir desenvolvimento sustentável com ecologia, ambientalismo e outras ecomanifestações, o que acarretou uma centralização exacerbada do olhar sobre o meio ambiente *externo* aos processos produtivos, que não resiste ao olhar epistemológico. Variáveis visceralmente ligadas aos processos produtivos e seus modelos de organização, em contextos políticos, sociais e econômicos diversos, foram subestimadas no processo de construção teórica do desenvolvimento sustentável.

A complexidade do tema e o intenso grau de interdisciplinaridade requerido para a sua abordagem colocam o desenvolvimento sustentável numa zona de sombra entre ideologia, utopia, ciência e ação política, no turbulento contexto de sociedades produtivas:

A necessidade de uma estratégia epistemológica para a interdisciplinaridade ambiental adquire sentido para enfrentar as ideologias teóricas geradas por uma ecologia generalizada e um pragmatismo funcionalista. (Leff, 2000, p. 25.)

O ambiente interdisciplinar, com a característica de estratégia epistemológica, não se mostra com a devida clareza, tanto no meio da produção de conhecimentos quanto nos espaços sociais de debate.

Nas diversas teorias sobre o desenvolvimento sustentável que se vêm delineando, ao longo do tempo, observa-se uma miscelânea entre teorias formuladoras de base científica, nascidas segundo o paradigma de suas capacidades de previsibilidade, exatidão, comprovação, reprodutibilidade e refutabilidade (Popper, 1975), e correntes de atuação política, nascidas segundo o enfoque da luta pelo desenvolvimento sustentável proposto por essas próprias correntes. Umas e outras, teorias e correntes, misturam-se, confundem-se e *parasitam-se* entre si. Essa é a principal razão, a nosso ver, para que não haja uma classificação e uma sistematização razoável sobre teorias do desenvolvimento sustentável:

The many different interpretations of sustainable development are confusing. To help make sense of them we are suggesting a mapping methodology based on combining environmental and socioeconomic issues. (Hopwood, Mellor e O'Brien, 2005, p. 41.)

Gallopín (2003, p. 25-6), com base em vários autores e tendo como fonte o trabalho de Bergh e Jeroen,⁷ relaciona 12 pontos de vista teóricos sobre o desenvolvimento sustentável: (1) neoclássica-equilíbrio; (2) neoaustriaca-temporal; (3) ecológico-evolutiva; (4) tecnológico-evolutiva; (5) físico-econômica; (6) biofísico-energética; (7) sistêmico-ecológica; (8) engenharia ecológica; (9) ecologia humana; (10) sociobiológica; (11) histórico-institucional; e (12) ético-utópica. São teorias que se entrecruzam nas diversas formas de abordagem e, como assinalamos, elencam características ora na linha de medidas técnicas de controle de funções e sistemas, ora na

7. Gallopín sistematiza 12 teorias de desenvolvimento sustentável, citando o trabalho de Bergh van den e C. J. M. Jeroen "Sustainable development and management", publicado em *Ecological economics and sustainable development: theory, methods and applications*, Cheltenham, Reino Unido, Edward Elgar Publishing, 1996, p. 53-79.

linha de medidas de caráter social e respeito à cultura, por exemplo. Sem questionar a validade de sistematizações desse tipo e a interação da ciência, propriamente dita, com a cultura, a sociedade e a luta política, o ponto que emerge é a complexidade da abordagem do tema, que deixa antever a dificuldade de se estabelecerem teorias *enxutas* que sejam capazes de dar conta das diversidades implicadas no desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável corre atrás de uma teoria mais bem definida em seus contornos e proposições.

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), num esforço de demarcar diferentes enfoques teórico-metodológicos do desenvolvimento sustentável, traçam um mapa com dois grandes eixos. Um eixo de preocupações socioeconômicas associadas ao bem-estar e à igualdade e outro eixo associado mais diretamente a preocupações ecológicas. Mais próximo do primeiro eixo, teríamos os movimentos anticapitalistas, ecossocialistas e de justiça ambiental; próximos ao segundo eixo, teríamos o movimento da *deep ecology*⁸ e o ecofascismo⁹ (Hopwood, Mellor e O'Brien, 2005, p. 41).

A dificuldade de se estabelecerem parâmetros sistematizadores dos enfoques teóricos sobre o desenvolvimento sustentável, desde sua primeira incursão conceitual mais conhecida de ecodesenvolvimento, ainda com a roupagem de política, é bem grande:

-
8. Simplificadamente, o conceito de *deep ecology* está relacionado a uma visão ambientalista de radicalização da identidade da natureza, contrapondo-se, de certo modo, à ideia humana de apropriação da natureza, salvo para suprir suas necessidades essenciais. Para mais detalhes, ver em: <<http://www.enbuenasmanos.com/articulos/muestra.asp?art=974>>; captado em: 17-5-2010.
 9. O ecofascismo é uma forma pejorativa de rotular um movimento próximo ao da *deep ecology*, cuja atuação se aproxima de correntes políticas de direita.

Foi o canadense Maurice Strong que usou em 1973 pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento. Ignacy Sachs formulou os princípios básicos desta nova visão do desenvolvimento. Ela integrou basicamente seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação. As idéias do ecodesenvolvimento não podem negar a sua relação com a teoria do *self-reliance*, defendida nas décadas anteriores por Mahatma Gandhi ou Julius Nyerere. [...] Sachs usa hoje freqüentemente os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos. (Brüseke, 1994, p. 29-30.)

Em 1994, em época ainda bastante precoce para o delineamento de teorias mais *acabadadas*, Rhode (1994), a propósito dos princípios científicos para a sustentabilidade, assinalava:

A possibilidade da construção de uma sustentabilidade deve levar em conta os princípios extraídos dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas, uma vez que a insustentabilidade atual foi resultante, em grande parte, do conhecimento superado anterior, inadequado, de convivência com o meio ambiente. Os princípios filosófico-científicos, emergentes dos novos paradigmas e teorias, que podem tentativamente compor a base para a construção da sustentabilidade, são os seguintes: contingência; complexidade; sistêmica; recursividade; conjunção; interdisciplinaridade. (Rhode, 1994, p. 51.)

Em síntese, Rhode considerava, como princípio da contingência, “a forma das propriedades emergentes dos sistemas principalmente vivos que não estão previstas pelo somatório particular das partes que os compõem”. Como princípio de complexidade, aquele que “deve fazer frente à irracionalidade e a racionalidade, às racionalizações, incerteza e ambigüidade”. Como princípio de sistêmica, aquele que “engloba a perspectiva cibernética, a abordagem holística quanto

à totalidade, além de incluir aspectos sobre autonomia e integração”. Como princípio da recursividade, aquele que “põe a organização ativa como sinônimo de reorganização permanente”. Como princípio de conjunção, “a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os paradigmas científicos novos” e, finalmente, como princípio da interdisciplinaridade, “espécie de correção para o estilhaçamento da razão nas diversas racionalidades hoje existentes” (Rhode, 1994, p. 51-3).

Nessa linha, a configuração de um novo paradigma da sustentabilidade vai se conformando muito mais como *policy-making* do que como teoria de base científica propriamente dita.

Funtowicz e Ravetz (1997), em parte, dão nova diretriz ao paradigma da sustentabilidade, trabalhando na perspectiva de uma ciência pós-normal, lidando com variáveis que a ciência normal não soluciona, tais como incertezas, controvérsias, apostas (*stakeholders*) e decisões (*decision-making*), esses últimos ligados diretamente à condução das políticas. Em síntese, a ciência pós-normal teria sua aplicabilidade, na medida em que

[...] los análisis científicos no son suficientes para determinar las exigencias de sustentabilidad sin ambigüedades. Esto es en parte porque la mayoría de los problemas ambientales se caracterizan por un estado fluido e incompleto de conocimiento científico, acompañado por impredictibilidades inherentes a los sistemas complejos. (Funtowicz e De Marchi, 2000, p. 69.)

Joan Martinez-Alier (2005) faz novas aproximações, ao estabelecer relações entre ecologia política e economia ecológica, analisando a permanente presença de conflitos ambientais, nos níveis global e local. Afora a aproximação filosófica e sociológica (M’Gonigle, 1999), o pareamento entre os dois campos, com a busca de soluções pela via da justiça ambiental, traria um aporte à sustentabilidade:

Movements for “environmental justice” may become a strong force for sustainability. On the contrary, if claims for environmental justice are

almost never successful, then a potential force for sustainability is being repressed and wasted. (Martinez-Alier, 2005, p. 25.)

Baseando-se em observações de Martinez-Alier, Porto (2006), menciona três vertentes do ambientalismo e, por extensão, do desenvolvimento sustentável:

I – Vertente conservacionista, é marcada por uma visão preservacionista e romântica da natureza, a qual despreza a dimensão humana e social da questão ambiental, focando sua preocupação exclusivamente na preservação das florestas, da biodiversidade e dos animais em extinção;

II – “Evangelho da eco-eficiência”, prioriza a internalização de custos e práticas gerenciais ambientais “limpas” à lógica do desenvolvimento capitalista, colocando nas mãos das instituições, especialistas e tecnoburocracias a responsabilidade pela implementação dos critérios e políticas que conduzirão ao “desenvolvimento sustentável”;

III – O movimento pela justiça ambiental – ou ambientalismo popular – vem se colocando como alternativa crítica às duas outras correntes hegemônicas no interior do movimento ambientalista. (Porto, 2006, p. 4.)

A vertente da economia ecológica, em que sobressai o enfoque biodiversidade-resiliência, é particularmente enfatizada pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente): “[...] la esencia de la sustentabilidad ecológica es el cambio y la adaptabilidad” (Toledo, 1998, p. 111).

Nesse contexto, a biodiversidade asseguraria a resiliência e esta, com sua capacidade de recuperação de seu estado original após um estado de tensão (fenômeno do elástico), asseguraria a sustentabilidade do desenvolvimento (*idem*). De certo modo, essa linha teórica se contrapõe à lei da entropia, pela provável incapacidade de a resiliência fazer frente à alta entropia gerada no final da linha dos processos produtivos.

Observando a determinação da política na conformação do paradigma da sustentabilidade, Porto (2005) assinala:

Uma ecologia política propicia entender os riscos ambientais a partir das dinâmicas de poder envolvidas na dialética entre centro e periferia e as tendências históricas que propiciam ou revertam tendências de centralização social e hierarquização institucional, as quais estão na base das vulnerabilidades das populações mais expostas. Significa também propor e implementar estratégias de ação que reconfigurem as relações de poder em direção a sociedades mais justas, democráticas e ecologicamente sustentáveis. É nesse sentido que devemos entender a importância das metodologias participativas, da democratização dos processos decisórios e do movimento pela justiça ambiental. (Porto, 2005, p. 835.)

Seguimos observando que não se tem uma teoria pronta para e sobre o desenvolvimento sustentável, além de que as confluências teórico-metodológicas seguem na direção de tomada de decisões, no nível político, com participação social e atribuições de direito e justiça.

Os 12 marcos teóricos assinalados por Gallopín (2003), o ecossocialismo e seus movimentos derivados, as vertentes teóricas que utilizam a lei da entropia e o equilíbrio termodinâmico do planeta, a ecologia política, a economia ecológica, o movimento da justiça ambiental e sua atenção aos grupos vulneráveis, no âmbito de uma ciência pós-normal, deixam entrever uma crise de paradigma (Kuhn, 1972), não solucionada, sinalizando para um debate aberto e multifacetado.

Nessa crise de paradigma, considerando que “as relações entre a produção, o trabalho, a saúde e o ambiente configuram uma faceta crítica da realização histórica da ideologia do desenvolvimento/industrialização” (Rigotto, 2004), é curioso observar como o foco do desenvolvimento sustentável é autocentrado com exclusividade na questão do meio ambiente.

A flagrante desconsideração da relação saúde-trabalho – perda do referencial trabalho em sua relação com a saúde no âmbito do desenvolvimento – imprime um viés analítico que se reflete nas características éticas e técnicas da sustentabilidade.

Sustentabilidade e a desfocalização da relação saúde-trabalho

As aproximações entre saúde, trabalho e meio ambiente remontam a Hipócrates. Em 1700, Bernardino Ramazzini, célebre estudioso das doenças do trabalho, descrevendo as doenças dos curtidores e de outros “ofícios imundos”, assim se pronunciava:

Para não corromper a pureza do ar, as casas onde se preparam couros se acham situadas perto dos muros das cidades, da mesma forma as de todas as sórdidas artes, ou então nos arredores, como nesta cidade. Por isso, sabiamente Hipócrates, na história de Filisco, falecido depois de seis dias de ter contraído febre maligna, indica o lugar onde morreu: Filisco habitava perto do muro [...]. (Ramazzini, 2000, p. 90.)

Vários autores – Berlinguer (1983), Laurell e Noriega (1989), Conti (1991) –, ao discorrerem sobre as relações saúde-trabalho, as correlacionam à saúde ambiental e aos processos de produção e consumo. Tambellini o faz de forma precisa:

[...] a relação Capital/Trabalho condiciona um perfil de morbi-mortalidade, segundo as diferentes classes sociais e suas frações, que se modifica e evolui de acordo com a dinâmica das relações sociais. [...] 1º) à saúde dos trabalhadores em seu período de atividade laborativa; 2º) à população residente no âmbito da transformação ambiental determinada por estes mesmos processos; 3º) àquelas populações consumidoras das mercadorias produzidas nos processos. Assim, [...] definem-se três campos de preocupações e práticas na área da saúde que requerem competência técnica específica e métodos e técnicas apropriadas para seu desenvolvimento: Saúde dos Trabalhadores, Saúde Ambiental e Saúde do Consumidor que, entretanto, como partes integrantes do processo Produção-Saúde, devem ser tomadas como elementos indissociáveis desta relação. (Tambellini, 1988, p. 11-2.)

No esforço teórico-metodológico de buscar a pertinente relação entre saúde, trabalho e outras faces das relações sociais de produção e consumo, Dias acrescenta:

Conceitualmente, pode-se dizer que a Saúde do Trabalhador surge enquanto uma prática social instituinte, que se propõe a contribuir para a

transformação da realidade da saúde dos trabalhadores, e por extensão a da população como um todo, a partir da compreensão dos processos de trabalho particulares, de forma articulada com o consumo de bens e serviços e o conjunto de valores, crenças, idéias e representações sociais próprios deste momento da história humana. (Dias, 1994, p. 68.)

Tambellini e Câmara (1998, p. 52) reafirmam essa compreensão:

[...] pensar o acontecimento e o conceito / a realidade e sua explicação levou a configuração de novas possibilidades de intervenção técnica no campo da saúde [...] a Saúde do Trabalhador e a Saúde Ambiental, intrinsecamente unidas, como as dimensões técnicas da intervenção do campo de preocupações Produção/Ambiente/Saúde.

No Brasil, muitos autores vêm tentando estabelecer a correlação entre saúde, trabalho, produção, consumo, meio ambiente e desenvolvimento com uma nítida inter-relação entre essas variáveis (Galvão, 1989; Lacaz, 1997; Foladori, 2001; Porto e Almeida, 2002; Augusto, 2003; Rigotto, 2004), mas não se avançou na introjeção desses mecanismos no *policy-making* da área de saúde e, tampouco, no debate da sustentabilidade.

Ao se manter o referencial conceitual das relações saúde-trabalho centrado na hegemonia do saber médico e no assistencialismo, perdeu-se o referencial da saúde do trabalhador como ponto de partida para discutir a mudança dos processos e ambientes de trabalho e, a partir daí, discutir os processos produtivos, suas consequências ambientais e o próprio modelo de desenvolvimento. Nesse contexto, consideramos que o conceito de desenvolvimento sustentável deva ter como ponto básico de fundamento e primeira instância de abordagem a questão das relações saúde-trabalho. Ao se afunilar o olhar técnico para a relação produção-saúde, redimensiona-se o conceito para um entendimento mais totalizante de desenvolvimento dos sistemas produtivos na sua relação com a saúde humana.

Uma vez que os agravos relacionados à saúde dos trabalhadores estão ancorados na forma de organização dos sistemas produtivos

associados a inúmeras outras formas de adoecimento de outros grupos populacionais decorrentes da produção, distribuição e consumo de bens e serviços diversos, tratar do desenvolvimento sustentável é tratar em primeira instância das relações saúde-trabalho na intimidade de sua gênese.

Algumas iniciativas de aproximação entre desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador no campo político não têm sido enfáticas e relevantes o suficiente a ponto de influenciar a incorporação das relações saúde-trabalho ao repertório do discurso da sustentabilidade. A Organização Mundial de Saúde, em sua 55ª Assembleia Mundial de Saúde, coloca o ponto 13.3 da ordem do dia 18 de maio de 2002: Saúde e Desenvolvimento Sustentável, em que insta os Estados membros “a que adopten políticas encaminadas a crear lugares de trabajo saludables, proteger la salud de los trabajadores y, de manera compatible con el derecho internacional y nacional, prevenir el traslado de equipo, procesos y materiales peligrosos” (OMS, 2002, p. 4, item 9). É uma manifestação tímida.

A desfocalização da relação saúde-trabalho no contexto do desenvolvimento sustentável é uma evidência teórica e concreta que se perpetua. Quando as primeiras inquietações quanto às consequências do trabalho, da produção e do desenvolvimento industrial sobre a saúde humana surgiram no alvorecer da Revolução Industrial, surgiram também as primeiras motivações para o controle das condições de produção.

Embora suas razões tenham sido mais econômicas do que humanísticas, doenças e mortes pelo trabalho nas novas fábricas passaram a chamar a atenção porque o fato poderia comprometer o próprio desenvolvimento da era industrial, pelo esgotamento da reposição e reprodução da força de trabalho. Surgiram, daí, as primeiras iniciativas para a configuração de diretrizes reguladoras das relações entre a saúde humana e o processo de produção de bens materiais,

como as primeiras leis inglesas – Lei de Peel, em 1802, e o *Factory Act*, em 1833 (Graça, 1999).

Esses primeiros movimentos para dar conta do *problema* configuram o embrião de uma ideologia de um desenvolvimento dos sistemas produtivos capaz de dar sustentação à vida, e não de comprometê-la. Não seria exagerado dizer que a ideia de sustentabilidade do desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, portanto, tem sua inspiração mais primitiva na relação saúde-trabalho. Nesse contexto, tratar do acidente e da doença do trabalho como um problema do desenvolvimento sustentável significaria rever profundamente as bases técnicas e organizacionais dos processos produtivos em sua maior intimidade.

Dois séculos depois, uma ideologia do desenvolvimento centrada fundamentalmente na saúde ambiental perde o vínculo primitivo com a relação saúde-trabalho devido a razões que permanecem mal dimensionadas e pouco debatidas. Os danos ambientais têm suas consequências compartilhadas pelo conjunto de processos produtivos predadores, em que as sociedades são responsabilizadas especialmente por padrões de consumo dos quais não abrem mão. Além disso, as consequências para a saúde humana são difusas, projetadas como ameaças localizadas no futuro e distanciadas pela forma de inserção dos grupos sociais nos diversos territórios mais ou menos vulneráveis aos problemas ambientais. Em territórios com alta degradação ambiental, em virtude de intensa produção predatória, o crescimento da miséria e do subemprego convive tranquilamente com o discurso da sustentabilidade e com os níveis de desenvolvimento propalados como excelentes pela mídia e pelos Estados *eficientes*.

A rigor, o discurso da sustentabilidade tem como público-alvo e difusor de sua ideologia a população consumidora com razoável grau de instrução, para quem o talão de cheques feito com papel reciclado ou o artesanato feito com lixo reaproveitado são suficientes para garantir um mundo viável para as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável é um sofisma aceito e incorporado pelas sociedades e pela intelectualidade. Na verdade, está em jogo o revigoramento de uma ideologia de classe que, mais que nunca, parece prosperar como a nova ordem.

Luckács (1974) utiliza a noção de “falsa consciência” com dupla mão, ou seja, ela está presente ao nível tanto da burguesia quanto do proletariado. A “falsa consciência” representa deformação (falseamento) da realidade, no sentido da sua percepção e compreensão por parte da classe. O falseamento, assim, subsidia a “construção da ideologia”, camuflando as verdadeiras estruturas que compõem a realidade social. Dessa forma, a sociedade, dividida em classes pelo caráter deformado como é percebida, só pode ser desmascarada pela análise científica das suas estruturas – econômicas, políticas, institucionais – e suas relações no contexto social (Luckács, 1974, p. 67). Nessa linha, as desigualdades sociais, cujas estruturas são historicamente determinadas, passam a compor as convicções ideológicas percebidas pelas classes como valores *dados*, como que imutáveis.

A combinação desses fatores impostos por aparelhos de hegemonia, tendo como pano de fundo o Estado de classe, busca, além da justificativa e manutenção da dominação, o consentimento ativo da classe dominada para uma estabilidade social adequada à nova ordem.

Para Mannheim (1986), o caráter estabilizador da sociedade é o núcleo fundamental do entendimento de ideologia. O mesmo autor distingue ideologia de utopia, cujo eixo é o movimento, o impulso para a transformação:

Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo da ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo o que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas. (Mannheim, 1986, p. 68.)

Nesse sentido, a ideologia paralisa, a utopia impulsiona. Em outras palavras, “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (Althusser, 1974, p. 77), com um caráter mais conservador do estado das coisas, enquanto a utopia repousa na possibilidade de mudança das coisas, impulsiona para a desestruturação do poder de dominação, subverte, empurra para o futuro e movimenta para o novo.

A ideologia do desenvolvimento sustentável, portanto, não configura uma utopia da transformação do mundo em algo melhor para as gerações futuras, por não subverter a ordem do desenvolvimento produtivo em sua essência. Apenas lhe agrega valores éticos, morais, humanísticos e técnicos para lhe conferir sustentação, como típica ideologia de dominação. Distinguir entre a sustentação ideológica do modelo de desenvolvimento e a utopia da sustentabilidade é o fiel da balança desse debate.

Ao analisarmos anteriormente as diversas teorias e correntes da sustentabilidade, não observamos em qualquer delas um foco teórico-metodológico mais intensivo sobre o trabalho e seu pulsar, sua organicidade e centralidade nos processos produtivos, que, em essência primária, são a razão de ser de todo desenvolvimento.

A retirada do trabalho da cena política no embate sobre a sustentabilidade encontra sua razão de ser na diluição do conflito de classes. A materialidade objetiva da exploração da força de trabalho, cuja contradição entre capital e trabalho foi responsável, a partir da luta dos trabalhadores, por grande parte das conquistas na história do direito à vida e à dignidade, vê-se espalhada com a transferência do conflito para o campo da sustentabilidade.

Contraditoriamente, a desindividualização do direito, com o advento do direito difuso e coletivo nas relações sociojurídicas, que poderia ser um salto de qualidade e avanço na abrangência da justiça, passou a relativizar a importância do trabalho na gênese dos

problemas de saúde. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, no limite maior do direito difuso e coletivo, a questão normativa se fixa na lógica poluidor-pagador, com a manutenção intocada da organização dos processos produtivos. O trabalho, em sua essência, não é sequer considerado no direito ambiental.

Na Revolução Industrial, com a consolidação do emergente capitalismo industrial, a necessidade de manutenção da saúde das pessoas no trabalho surgia como construção social e política, com responsabilidade explícita do Estado. Este se aliou à nova burguesia industrial para o estabelecimento de regras de controle da produção e seus efeitos sobre o corpo dos trabalhadores, de modo que sua saúde fosse adequada ao limite máximo da capacidade de trabalhar e reproduzir capital. A luta entre capital e trabalho, levada para dentro do Estado, possibilitou, ainda que timidamente, todas as conquistas de direito à saúde no trabalho que temos hoje. Tínhamos do mesmo lado o Estado e o capital produtivo e do outro lado os trabalhadores organizados num embate permanente para a conquista de novos direitos.

Hoje, o discurso ambientalista do desenvolvimento sustentável, ao desfocalizar a luta, além da paralisia flagrante na busca de novos direitos à saúde no trabalho, colocou em cena um embate que transferiu a luta para o campo do direito ambiental, cujo resultado concreto é considerar o efeito sobre todos, desconsiderando os efeitos mais imediatos dos processos produtivos predatórios sobre a classe trabalhadora.

É na relação saúde-trabalho que repousa a essência da relação entre vida e desenvolvimento em sua escala mais primitiva e original. É na relação saúde-trabalho e na intimidade dos sistemas de trabalho que se tem a evidência mais direta da capacidade de dilapidação da saúde e da vida, em virtude da forma como se organizaram historicamente e como estão organizados os processos produtivos.

É na relação saúde-trabalho, ainda, que se tem a clareza de observar o quanto os sistemas de produção, desde as formas mais simples

de trabalho até as mais sofisticadas, modernas e tecnologicamente requintadas, são sistemas sociotécnicos montados sob uma lógica que não contempla em momento algum a valorização da saúde e da vida, sua manutenção e perpetuação. Sistemas produtivos, quaisquer que sejam, não são feitos para melhorar a qualidade de vida ou preservar a saúde dos que produzem. Essa não é a sua essência. Mas essa é a essência de uma utopia das relações saúde-trabalho.

Ainda que chegássemos a um nível de sustentabilidade do desenvolvimento com um suficiente equilíbrio de ecossistemas em nível global, com um controle aceitável e adequado das fontes de degradação ambiental e com um interesse crescente do capital internacional numa florescente indústria da sustentabilidade, a manutenção e, mesmo, o aumento da degradação da saúde e da qualidade de vida nos processos e ambientes de trabalho nos colocariam frente a uma contradição profunda com a ideia de sustentabilidade, como parece já se delinear.

Uma aproximação com esse cenário pode ser melhor visualizada a partir da análise de cadeias produtivas:

Na cadeia produtiva do aço, estão presentes condições de trabalho muito distintas: de um lado, as siderúrgicas certificadas segundo as normas internacionais; de outro, a precariedade das carvoarias artesanais, com utilização intensiva e predatória dos recursos florestais, exploração do trabalho em condições subumanas, incluindo crianças e adolescentes, empregando tecnologia rudimentar. (Dias *et al.*, 2002, p. 270.)

Mesmo com a modernização dos sistemas produtivos, observamos que a deterioração da qualidade de vida e da saúde no trabalho migra dos corpos visíveis dos trabalhadores para as suas mentes, cujas repercussões na saúde mental e relações sociais configuram formas mais sutis e pouco visíveis de sofrimento. Poderemos ter uma sustentabilidade cada vez maior do desenvolvimento associada a uma instabilidade cada vez maior do ser humano no trabalho, na

medida em que se desconsideram cada vez mais as bases determinantes desses problemas.

Não se trata de negar completamente a ideologia do desenvolvimento sustentável, pelo que ela traz de novas formas de luta contra-hegemônica aos modelos predatórios de desenvolvimento calcados em interesses estritamente econômicos. Trata-se apenas de considerar quais são os alvos dessa luta e quais são os objetos centrais da discussão teórico-metodológica de seus princípios.

Nossa discussão recai no *abandono* do campo da saúde do trabalhador no centro dessa discussão, deixando de entendê-lo como matéria revolucionária de transformação dos sistemas produtivos. O campo das relações saúde-trabalho é uma expressão utópica da ação política holística em saúde pública, cujo aspecto revolucionário vem sendo matéria reservada a um nicho totalmente periférico às próprias políticas públicas de saúde e a um outro nicho contratualista da regulação das políticas privativas de saúde e segurança do trabalho empresarial.

Essa característica, a que chamamos de “desfocalização da relação saúde-trabalho no enfoque do desenvolvimento sustentável”, preserva a *caixa-preta* das organizações produtivas, públicas e privadas, e dos sistemas produtivos em última instância, mantendo-os imunes ao crivo dos setores interventores do Estado e dos setores críticos da sociedade em relação à condução de seus processos organizativos no que tange à preservação da saúde e da vida.

Adoecer e morrer no trabalho continuam sendo questões circunstanciais que, a par de uma aparente modernização coerente e sintonizada com a ideia de sustentabilidade, mantêm padrões medievais de exploração, assédio e desrespeito aos trabalhadores, cuja medida é cada vez mais difícil de aferir.

A ausência de uma política de saúde do trabalhador no setor saúde e na agenda ambiental e do desenvolvimento sustentável legitima esses comportamentos, conforme observa Raquel Rigotto:

[...] uma ausência de estratégias de atenção à saúde dos trabalhadores [...] pode ser caracterizada como uma estratégia de negação, estabelecida para resultar em ocultamento dos conflitos ambientais e de saúde resultantes do processo de desenvolvimento em curso. Se a rede de serviços não está apta a identificar os danos do trabalho e do ambiente sobre a saúde da população [...]. Se não há reconhecimento do agravo [...]. Se as políticas públicas fecham os olhos para estes problemas, o governo engendra sua exclusão das prioridades do setor saúde, e dificulta sua visibilidade para a sociedade: na mídia, na pauta de negociação entre trabalhadores e empregadores, entre os temas de pesquisas. (Rigotto, 2004, p. 234-5.)

Giovanni Berlinguer, nas discussões conceituais inauguradoras da saúde do trabalhador, sinalizava para essas questões e chamava a atenção para a vanguarda do Modelo Operário, do qual emanou, em essência, o campo da saúde do trabalhador. Nele, o movimento operário desenvolveu uma rica construção teórica na capacidade de intervir nas relações ciência-poder, nas questões da tecnologia moderna e na relação homem-ambiente (Berlinguer, 1983).

A desfocalização da relação saúde-trabalho oscila entre dois aspectos cruciais: a sua desvinculação das políticas de saúde pública e a sua desvinculação das políticas de desenvolvimento.

Por força de sua potencialidade estratégica como contraposição às estruturas organizacionais dos sistemas produtivos, a desfocalização da relação saúde-trabalho tem raízes históricas profundas, inicialmente nos modelos capitalistas de Estado e, posteriormente, nos próprios Estados socialistas, cuja conformação dos sistemas de produção tayloristas-fordistas não possibilitou a democratização das relações de trabalho, especialmente nas questões de saúde, precondição sociotécnica e utópica para a viabilização de uma política de saúde do trabalhador.

Daí porque se suspeitar de que a desfocalização das relações saúde-trabalho tem sua razão de ser numa desvinculação da ideologia do desenvolvimento sustentável daquela de inspiração marxista

da luta de classes, sob um pretenso anacronismo de seus postulados. Novamente nos confrontamos com a cisão ideologia-utopia.

Evidências da desfocalização da relação saúde-trabalho

É patente a ausência da palavra-chave “trabalho” nos textos sobre as políticas públicas de desenvolvimento e de meio ambiente, nos conteúdos temáticos da educação ambiental e nos textos sobre as práticas de atuação de organismos sociais e não governamentais em torno das políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Em extenso trabalho de revisão sobre a produção acadêmica brasileira – mestrado e doutorado – na área de saúde e trabalho, entre 1950 e 2002, Mendes (2003) relaciona 862 teses e dissertações. Das 37 citações nos títulos sobre as expressões “ambiente” e ou “ambiental”, apenas quatro fazem menção a algum tipo de articulação entre ambiente e saúde-trabalho. As expressões “política”, “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “integração”, “intersectorial” ou “intersectorialidade” não surgem no título de nenhum dos trabalhos citados.

Em outro trabalho de revisão da literatura sobre a produção científica na área ambiental e sua interface com a saúde coletiva, Freitas (2005) observa que das 296 palavras-chave selecionadas, com 480 citações, saúde do trabalhador teve cinco citações. A expressão “condições de trabalho” foi identificada em quatro artigos de um total de 115. Também não se encontra na produção científica analisada a inter-relação entre saúde, trabalho, produção e desenvolvimento.

Na mesma linha, Santana (2006) analisa 1.025 documentos de pós-graduação sobre saúde do trabalhador nas bases de dados Lilacs e Capes. Segundo a pesquisadora,

Os autores encontraram como temas mais comuns as doenças e acidentes de trabalho, sendo as pesquisas mais comuns as descritivas, com intoxi-

cações, lesões por esforços repetitivos e doenças mentais concentrando o maior número de trabalhos que trataram de patologias específicas. As categorias ocupacionais mais estudadas foram os trabalhadores do ramo da saúde, ensino e agricultura, (Santana, 2006, p. 107.)

Sem desconsiderar a importância desses trabalhos, é desolador ver-se a concentração do esforço da pesquisa acadêmica nos agravos do trabalho e seus efeitos sobre a saúde, quase exclusivamente deixando em plano irrelevante a discussão sobre o tratamento não das doenças, mas das suas causas.

Minayo-Gomez e Thedim-Costa (2003, p. 134), em trabalho de revisão sobre a incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre a relação saúde-trabalho, assinalam:

Observa-se, finalmente, na produção das duas últimas décadas, um distanciamento das explicações globalizantes, das macroteorias e das metanarrativas. Em seu lugar, tornam-se mais abundantes as *explicações de médio alcance* que contemplam diversidades de mediações, temporalidades diferentes entre os níveis de análise e especificidades tanto das questões como dos sujeitos sociais estudados. (Grifamos.)

Entendemos que as explicações de médio alcance assinaladas pelos autores dizem respeito ao movimento de evidenciar consequências (eventos, agravos) no fim da linha dos determinantes, sem aprofundar com a mesma ênfase sua gênese.

Com raras exceções, considera-se que as fontes não naturais de dano ambiental encontram sua base de sustentação no processo de produção e no mundo do trabalho, tendo como primeira *barreira* ao dano, como primeiro sinalizador do dano, o trabalhador na linha de produção. A falha ou conjunto de falhas tecnológicas, organizacionais, ou ambas, vai ter como primeira fase do dano ambiental o trabalhador, que se transforma em escudo humano (Machado, 1996) e primeiro elemento a sofrer o impacto que as fontes dos danos ambientais gerados nos sistemas produtivos encontram dentro

dos limites dos sistemas de trabalho, antes de atingir o ambiente externo, por exemplo, em acidentes ampliados.

Isso sem considerar os inúmeros sistemas de trabalho que se confundem, por sua natureza, ao próprio meio ambiente, caso dos sistemas extrativistas (minério, carvão, madeira etc.), agropecuários, pesca, construção de grandes obras etc. Num contexto de análise das consequências sobre a saúde *lato sensu*, o trabalhador, escudo humano, serve como sensor da capacidade de os sistemas produtivos gerarem danos, ao adoecer de forma mais visível – acidente, doença evidente – ou de forma menos visível – sofrimento psíquico, doença psicossomática, desajuste social. O aprofundamento da análise demonstra que a sustentabilidade do desenvolvimento dos sistemas de produção é incapaz de dar sustentabilidade à vida de cada um dos trabalhadores que lhes sustenta.

Porto e Freitas (2003), trabalhando com o conceito de vulnerabilidade e riscos industriais, assinalam que dificuldades técnicas, organizacionais e econômicas, no âmbito dos processos e ambientes de trabalho, desencorajam a manutenção adequada de operações e sistemas, afetando a *performance* de segurança de complexos produtivos com potencial de acidentes ampliados.

É nesse contexto que a relação da saúde do trabalhador com o desenvolvimento sustentável guarda uma importância estratégica e política não valorizada. Alain Wisner (1994), em aguçada análise sobre o acidente de Bhopal, na Índia, enxerga bem essa questão. Relacionando uma série de eventos prenunciativos daquela catástrofe, assinala:

Do ponto de vista dos trabalhadores da usina, a situação não era menos perigosa. A direção favorecera, através de indenizações, a saída dos engenheiros e dos operadores. A metade dos técnicos e dos operários mais qualificados havia deixado a empresa. [...] Os mais importantes postos de controle da fábrica viram reduzidos seus efetivos. A situação já era péssima em 1982. A fábrica preparara uma

“Semana de Segurança”. Ocorreram dez acidentes durante os sete dias, e no sétimo dia, quando a semana devia encerrar-se com uma cerimônia, aconteceram três acidentes que obrigaram a Direção a cancelar a festa. [...] [Na sala de controle do MIC [metil-isocianato], havia só um operador, incapaz de vigiar os 70 indicadores em caso de emergência. (Wisner, 1994, p. 56-7.)

O mesmo autor acrescenta outras situações contributivas para o desastre, como a perseguição aos sindicalistas que vinham reivindicando melhores condições de manutenção, treinamentos etc., e a omissão das autoridades responsáveis, mesmo tendo sido alertadas (Wisner, 1994, p. 58-9).

Wisner corrobora que, na prática usual da organização dos sistemas produtivos, o papel reservado ao trabalhador e às suas representações nos mecanismos gerenciais é tão somente o de objetos passivos, sem ser considerada sua capacidade potencial de manejar os riscos, atuando na sua eliminação e na capacidade e competência técnico-política de aprimorar os sistemas produtivos.

Nas situações cotidianas e emergenciais, é do posto de trabalho ocupado pelo trabalhador e, portanto, da parte mais íntima do processo de produção que emanam as funções de controle dos processos industriais. O empoderamento do trabalhador, recriando-o como o gerenciador mais próximo e imediato dos riscos, dando-lhe a condição técnica para isso e respeitando suas atitudes, seus gestos e suas decisões, é ponto de partida para a formulação e reformulação de políticas de sustentabilidade, tendo o processo de trabalho como seu ponto de essência:

O compromisso com um processo de desenvolvimento sustentável deveria significar [...] um intenso e profundo investimento no controle dos riscos ocupacionais e ambientais gerados pelas indústrias, iniciado na seleção dos ramos de atividade menos nocivos, no acompanhamento do projeto das instalações, no monitoramento da qualidade ambiental, na normatização e fiscalização, na preparação do setor saúde, trabalho e meio ambiente [...]. Além é claro, da abertura de canais de democra-

tização e de participação da sociedade civil nos processos decisórios. (Rigotto, 2004, p. 235.)

No dilema proposto por Garret Hardin na “tragédia dos recursos comuns”, um dos referenciais teóricos para a ideologia do desenvolvimento sustentável publicado em 1968, um pasto comum ao gado de vários donos pouco a pouco vai consumindo seus recursos comuns. Hardin conclui que cada homem está fechado num sistema que o impulsiona a incrementar seu ganho ilimitadamente num mundo limitado, em que a liberdade dos recursos comuns resulta na ruína de todos (Hardin, 1968). Pensar o desenvolvimento sustentável sem pensar a relação saúde-trabalho é prenunciar uma nova tragédia: a dos *trabalhadores comuns*, com um meio ambiente preservado e recursos naturais controlados e o trabalho, propriamente dito, como fonte de doença, morte e loucura. A liberdade de utilização dos recursos comuns da força de trabalho pode resultar na ruína de todos.

Refocalização da relação saúde-trabalho: possibilidades

A refocalização da relação saúde-trabalho no ideário e itinerário do desenvolvimento sustentável depende de muitas mudanças.

No processo competitivo, o mercado, por si só, é incapaz de impulsionar as organizações empresariais no sentido de desenvolver sistemas produtivos ambientalmente saudáveis que garantam a eliminação dos danos à saúde dos trabalhadores e, por conseguinte, das populações expostas, nas linhas propostas pelo desenvolvimento sustentável (Brasil, 2000).

O fato decorre de que o aparelho estatal, através de sua estrutura de leis e mecanismos clássicos de intervenção e coerção, da forma como hoje se organiza, é insuficiente para alcançar o equilíbrio desejável entre níveis crescentes de produção e manutenção de níveis de saúde da população trabalhadora, consumidora e exposta aos riscos (*idem*).

Ainda, os mecanismos tradicionais de participação social na saúde, ou mesmo em outros setores, são insuficientes para dar suporte e legitimidade para a efetivação de qualquer mecanismo adotado com vistas ao desenvolvimento sustentável. Sem orbitarem na esfera de influência política e econômica dos organismos do terceiro setor e do dito “capital social”, as representações sociais clássicas não têm capacidade política de influenciar o debate da sustentabilidade.

Ou seja, frente às necessidades impostas pela nova ordem econômica mundial, nem o mercado nem as instâncias estatais e tampouco os níveis de participação social serão capazes de impedir o distanciamento entre o incremento da produtividade, com os rearranjos dos sistemas produtivos, e os desequilíbrios socioambientais, especialmente aqueles que expressam fortemente situações de injustiça ambiental. Somente com mecanismos inovadores é possível obter respostas a essas questões, a partir de políticas de Estado mais efetivas e criativas:

se plantea la gobernabilidad como una relación dialéctica entre sociedad y gobierno, donde políticas, producción científica y tecnología estén interconectadas profundamente. (Bustillo-Garcia e Martinez-Davila, 2008, p. 394.)

Recolocar o debate da sustentabilidade, com essa capacidade de governança, depende do enfrentamento de alguns desafios cujo eixo, assim consideramos, reside na refocalização das relações saúde-trabalho no centro do debate.

Nesse contexto, consideramos o desafio teórico-metodológico de harmonizar os referenciais teóricos de três grandes eixos temáticos de análise: o do desenvolvimento sustentável, propriamente dito; o das relações saúde-trabalho, em primeira instância, e suas derivações intrínsecas – saúde, trabalho, produção, ambiente, consumo e desenvolvimento; e o do controle social em saúde aplicado às relações sociais de produção.

Outro desafio trata dos eixos teóricos na formulação e desenvolvimento de políticas públicas, com a criação de aplicativos e ações operantes integralizadoras entre eles, de modo a configurar políticas de Estado harmonizadas entre si. Mais uma vez, isso depende da refocalização da relação saúde-trabalho na produção de conhecimentos vinculados às ciências ambientais e demais ciências que subsidiam o ideário do desenvolvimento sustentável. Depende da remodelação dos marcos legais e negociais conduzidos pelo Estado e depende de uma revisão do modelo de relação do Estado com a sociedade, redimensionando a categoria trabalho em sua indissolúvel ligação com a qualidade de vida e a saúde. Não cabe falar em desenvolvimento sustentável sem olhar para o mundo do trabalho, desvendá-lo, revelá-lo, denunciá-lo, transformá-lo. Consideramos esse aspecto uma questão de fundo.

Um Estado em permanente transformação num mundo globalizado, que dele exige uma sintonia cada vez mais afinada com a ditadura do mercado global, é um Estado vulnerável, cada vez mais forte (mais eficiente, segundo o Banco Mundial) e cada vez mais vulnerável. Parece que estamos diante do dilema colocado por Boaventura de Souza Santos (2002) no contexto da globalização, em que o Estado forte é exigido para garantir sua fraqueza.

E o contínuo afastamento entre o campo ambiental e o campo da saúde, especialmente na sua relação com o trabalho, vem gerando e vai gerar, cada vez mais, duplicação de recursos e de esforços, contribuindo para a fragmentação e ineficácia das políticas públicas afins.

Como síntese, observamos que o desenvolvimento sustentável conforma uma ideologia *adaptativa* do capital, frente à sua incapacidade de se expandir e se reproduzir ilimitadamente dentro de limites balizados pela ética e pelo respeito à vida humana. A solução para o problema decorrente de sua expansão permanente e ilimitada, sem mudar o curso de sua natureza inumana e aética, foi se apropriar da retórica da sustentabilidade.

Os conflitos decorrentes do desenvolvimento econômico produtivo e a concentração não solucionada de riqueza-pobreza foram transferidos da esfera da luta de classes para a luta ecológica, com flagrante perda do referencial socialista e, no limite, perda do referencial social-democrata e dos Estados de *welfare*.

A ideologia do desenvolvimento sustentável, no contexto da globalização econômica, propiciou o surgimento de uma nova esquerda descomprometida com suas ideologias originais e que emerge como cúmplice de um desenvolvimento sustentável em plena crise de paradigma e clara afeição ao mercado e a um novo capitalismo.

O Estado vem dando lugar a um *autoritarismo* do mercado, de dimensões globais, com o consentimento (e a parceria) de parcelas significativas da sociedade organizada, sob o argumento da participação social e a configuração de uma nova forma de capital – o capital social.

A produção teórica, científica e acadêmica não dá mostras de solucionar a crise de paradigma de que se reveste a sustentabilidade, trabalhando com inúmeras variáveis que, via de regra, deságuam praticamente apenas na ação política de caráter fundamentalmente ambientalista.

A categoria trabalho, explicativa e central no binômio desenvolvimento econômico-desenvolvimento produtivo, encontra-se desfocada do olhar da sustentabilidade, em suas diversas vertentes teóricas de produção de conhecimentos e correntes de luta política.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis (1974). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença.
- ARIAS, Marta e VERA, José Maria (2002). Banco Mundial y Fondo Monetario Internacional ¿Una ayuda para los países pobres? *Colección de Cuadernos Cristianisme i Justicia*, n. 112. Centre d'estudis Cristianisme i Justicia-Fundación Lluís Espinal. Disponível em: <<http://www.fespinal.com/espinal/lilib/es112.rtf>>; captado em: 28-8-2006.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva (2003). Saúde e vigilância ambiental: um tema em construção. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 12, n. 4, p. 177-87.
- BANCO MUNDIAL (1997). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial – O Estado num mundo em transformação*. Washington, Banco Mundial.
- BENJAMIN, César (1990). Nossos verdes amigos. *Revista Teoria e Debate*, n. 12.
- BERLINGUER, Giovanni (1983). *A saúde nas fábricas*. São Paulo, Cebes-Hucitec.
- Brasil – MINISTÉRIO DA SAÚDE (2000). Empresa saudável. Projeto desenvolvido em parceria com a Opas. Brasília, Área Técnica de Saúde do Trabalhador-Secretaria de Políticas de Saúde-Ministério da Saúde.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1998). La reconstrucción del Estado en América Latina. *Revista de la CEPAL*, número extraordinário, p. 105-10.
- (2000). A nova esquerda: uma visão a partir do sul. *Revista de Filosofia Política*, nova série, v. 6, p. 144-78. Porto Alegre, UFRGS-Departamento de Filosofia.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, FGV.
- BRÜSEKE, Franz Josef (1994). O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) et al. *Desenvolvimen-*

- to e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife, INPSO-Fundaj. Disponível em: <http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf>; captado em: 17-5-2010.
- BUSTILLO-GARCIA, Lissette e MARTINEZ-DAVILA, Juan Pablo (2008). Los enfoques del desarrollo sustentable. *Interciencia*, v. 33, n. 5, p. 389-95. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ve/pdf/inci/v33n5/art14.pdf>>; captado em: 16-5-2010.
- CONTI, Laura (1991). *Ecologia: capital, trabalho e ambiente*. São Paulo, Hucitec.
- CORAZZA, Rosana Icassatti (2005). Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. *Economia - Revista da Anpec*, v. 6, n. 2, p. 435-61.
- DIAS, Elizabeth Costa (1994). A atenção à saúde dos trabalhadores no setor saúde (SUS), no Brasil: realidade, fantasia ou utopia? Tese de doutorado. Campinas, Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas-Unicamp.
- DIAS, Elizabeth Costa; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; GUERRA, Cláudio Bueno; e PRAIS, Hugo Alejandro Cano (2002). Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 1, p. 269-77.
- FIORI, José Luiz (2003). O duplo movimento. *Carta Capital*, ano IX, n. 225, janeiro de 2003.
- FISCHER, Rosa Maria e FALCONER, Andrés Pablo (1998). Desafios da parceria governo e terceiro setor. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, p. 12-9.
- FOLADORI, Guillermo (2001). *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, Ed. Unicamp.
- FREITAS, Carlos Machado (2005). A produção científica sobre o ambiente na saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 679-701.

- FUNTOWICZ, Silvio e DE MARCHI, Bruna (2000). Ciencia posnormal, complejidad reflexiva y sustentabilidad *In*: LEFF, Enrique (ed.). *La complejidad ambiental*. México, Siglo XXI.
- FUNTOWICZ, Silvio e RAVETZ, Jerry (1997). Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 4, n. 2, p. 219-30.
- GALLOPIN, Gilberto (2003). *Sostenibilidad y desarrollo sostenible: un enfoque sistémico*. Santiago, Naciones Unidas-Cepal-Gobierno de los Países Bajos, Serie Medio Ambiente y Desarrollo, n. 64.
- GALVÃO, Luiz Augusto Cassanha (1989). Onde vivemos, onde trabalhamos e o que consumimos faz mal à saúde? Uma contribuição à discussão sobre o trabalho epidemiológico na área de produção e saúde: ambiente, trabalho, consumo. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, ENSP-Fiocruz.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1995). *La d'écroissance: entropie-ecologie-économie*. Apresentação e tradução de Jacques Grinevald e Ivo Rens. 1ª edição, 1979. Paris, Éditions Sang de la terre. Edição eletrônica. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/georgescu_roegen_nicolas/decroissance/la_decroissance.pdf>; captado em: 7-9-2006.
- GRAÇA, Luís (1999). Europa: uma tradição histórica de proteção social dos trabalhadores (Parte I). *In*: *Promoção da saúde no trabalho: a nova saúde ocupacional?* Lisboa, Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho, C/A-Cadernos Avulsos, 1, 96p. Disponível em: <<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>>; captado em: 14-10-2005.
- HARDIN, Garret (1968). The tragedy of commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-8.
- HERRERA, Amílcar O.; SCOLNICK, Hugo D.; CHICHILINSKY, Gabriela; GALLOPIN, Gilberto C.; HARDOY, Jorge E.; MOSOVICH, Diana; OTEIZA, Enrique; ROMERO, Gilda L.; SUÁREZ, Carlos E.; e TALAVERA, Luis (2004). *¿Catástrofe o nueva sociedad? Modelo*

- mundial latinoamericano 30 años después*. 2ª ed. IIED-AL (Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo)-IDRC (Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo).
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; e O'BRIEN, Geoff (2005). Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 38-52. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/109898010/PDFS-TART>>; captado em: 17-5-2010.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa (2005). Políticas sociais: focalização ou universalização? *Textos para Discussão*, n. 180. Rio de Janeiro, UFF-Economia. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD180.pdf>; captado em: 17-5-2010.
- KLIKSBERG, Bernardo (2002). *América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Tradução de Norma Guimarães Azeredo. Brasília, Cadernos Unesco Brasil, Série Desenvolvimento Social 1.
- (2008). Capital social, desenvolvimento e políticas públicas para a América Latina. Entrevista à *IN-InvestNE*, 9-3-2008. Disponível em: <<http://www.investne.com.br/Entrevistas/Por-uma-economia-com-face-mais-humana-Falacias-e-Mitos-do-Desenvolvimento-Social>>; captado em: 16-5-2010.
- KLIKSBERG, Bernardo e TOMASSINI, Luciano (2000). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina (Banco Interamericano de Desarrollo, 1ª edição).
- KUHN, Thomas (1972). *The structure of scientific revolutions*. Chicago, University Press Chicago.
- LACAZ Francisco Antonio de Castro (1997). Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, supl. 2, p. 7-19.
- LARRAIN, Max (1999). *El Consenso de Washington, ¿Gobernador de gobiernos?* Disponível em: <<http://members.tripod.com/~propolco/4sem/washington.htm>>; captado em: 31-8-2006

- LATOUR, Bruno (1999). O curto-circuito da economia. *Folha de S.Paulo* (caderno Mais!), de 7 de fevereiro de 1999.
- LAURELL, Asa Cristina e NORIEGA, Mariano (1989). *Processo de produção e saúde – Trabalho e desgaste operário*. São Paulo, Hucitec.
- LEFF, Enrique (2000). Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; TUCCI, Carlos E. Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; e NAVEGANTES, Raul (ed.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo, Signus.
- LEROY, Jean-Pierre; BERTUCCI, Ademar de Andrade; ACSELRAD, Henri; PÁDUA, José Augusto; SCHLESINGER, Sérgio; e PACHECO, Tânia (2002). *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Petrópolis, Vozes.
- LIMA, Jacob Carlos (2001). A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política e Trabalho*, n. 17, p. 46-63.
- LUCKÁCS, Georg (1974). *História e consciência de classe*. Porto, Publicações Escorpião.
- MACHADO, Jorge Mesquita Huet (1996). A heterogeneidade da intervenção: alternativas e processos de vigilância em saúde do trabalhador. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, ENSP-Fiocruz.
- MAIMON, Dália (1994). Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso? In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *et al. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife, INPSO-Fundaj. Disponível em: <http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf>; captado em: 17-5-2010.
- MANNHEIM, Karl (1986). *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- MARTINEZ-ALIER, Joan (2005). *Metabolic profiles of countries and ecological distribution conflicts*. United Nations University, Tokyo, 25 Nov., and Inst. of Economic Growth, University of Delhi, 7 Dec. 2004, revised in June 2005. Disponível em:

- <http://www.h-economica.uab.es/wps/2004_05.pdf>; captado em: 17-5-2010.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1990). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Vozes.
- MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jorgen; e BEHRENS III, William W. (1972). *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo, Perspectiva.
- MENDES, René (2003). Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho, publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 1, n. 2, p. 87-118.
- M'GONIGLE, R. Michael (1999). Ecological economics and political ecology: towards a necessary synthesis. *Ecological Economics*, v. 28, n. 1, p. 11-26.
- MINAYO-GOMEZ, Carlos e THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca (2003). Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 1, p. 125-36.
- OMS – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (2002). 55ª Asamblea Mundial de la Salud. WHA55.11: Novena sesión plenaria, Punto 13.3 del orden del día 18 de mayo de 2002. A55/VR/9. Disponível em: <http://apps.who.int/gb/archive/s/s_wha55.html>; captado em: 17-5-2010.
- POLANYI, Karl (1980). Nuestra obsoleta mentalidad de mercado. *In: Economie primitive, arcaiche e moderne*. Turion, Giulio Einaudi Ed. Artigo publicado originalmente em *Commentary*, 13, 1947. Disponível em: <http://www.ddooss.org/articulos/otros/Karl_Polanyi.htm>; captado em: 19-5-2010.
- (1980a). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.

- POPPER, Karl (1975). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix-Edusp.
- PORTES, Alejandro (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia*, n. 33, p. 133-58.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza (2005). Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, p. 829-39.
- (2006). Conflitos socioambientais na lógica da justiça ambiental. Apresentado no 1º Seminário Internacional Direito e Saúde ENSP-Fiocruz, 21-6-2006. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/eventos_novo/dados/arq2571.ppt>; captado em: 11-9-2006.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza e ALMEIDA, Gláucia E. S. (2002). Significados e limites das estratégias de integração disciplinar: uma reflexão sobre as contribuições da saúde do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 2, p. 335-47.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza e FREITAS, Carlos Machado (2003). Vulnerability and industrial hazards in industrializing countries: an integrative approach. *Futures*, v. 35, n. 7, p. 717-36.
- POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. Lisboa, Dinalivro.
- PRÓ-CIDADANIA – INSTITUTO BRASILEIRO PRÓ-CIDADANIA (2006). *Necessidade de controle das organizações do 3º Setor*. Disponível em: <<http://www.procidadania.org.br/noticias/noticias.php?idn=1112>>; captado em: 17-5-2010.
- PUTNAM, Robert D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV.
- RAMAZZINI, Bernardino (2000). *As doenças dos trabalhadores*. Tradução de Raimundo Estrêla. 3ª ed. São Paulo, Fundacentro.
- RHODE, Geraldo Mário (1994). Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *et al. Desenvol-*

- vimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife, INPSO-Fundaj. Disponível em: <http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf>; captado em: 17-5-2010.
- RIGOTTO, Raquel Maria (2004). O “progresso” chegou. E agora? As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade Federal do Ceará.
- SALAMON, Lester (1998). A emergência do terceiro setor – Uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, p. 5-11.
- SANTANA, Vilma Sousa (2006). Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. São Paulo, *Revista de Saúde Pública*, v. 40, número especial, p. 101-11.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2002). Os processos da globalização. *In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). A globalização e as ciências sociais*. São Paulo, Cortez.
- SPOSATI, Aldaíza (2002). Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. *In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Lisboa, 8-11 oct. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044509.pdf>>; captado em: 17-5-2010.
- STAHEL, Andri Werner (1994). Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. *In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). et al. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife, INPSO-Fundaj. Disponível em: <http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf>; captado em: 17-5-2010.
- STIGLITZ, Joseph (2005). Entrevista concedida à Maysa Provedello. *Desafios do Desenvolvimento IPEA/PNUD*, n. 14, dezembro de 2005.

- Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/14/artigo13463-1.php>>; captado em: 16-5-2010.
- TAMBELLINI, Anamaria Testa (1988). Avanços na formulação de uma política nacional de saúde no Brasil: as atividades subordinadas à área das relações produção e saúde. Texto originalmente apresentado à 1ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, Brasília, 1986. Rio de Janeiro, Cesteh/ENSP-Fiocruz.
- TAMBELLINI, Anamaria Testa e CÂMARA, Volney de Magalhães (1998). A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 47-59.
- TEICH, Daniel Hessel (2002). A terra pede socorro. *Revista Veja*, v. 35, n. 33, p. 80-7, 21 de agosto.
- TOLEDO, Alejandro (1998). *Economía de la biodiversidad*. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. México, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental, n. 2.
- VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de (2007), **Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, ENSP-Fiocruz. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/Tese_desenvolvimento_sustentavel.pdf>; captado em: 19-4-2011.
- VILAS, Carlos Machado (2000). Más allá del “Consenso de Washington”? Un enfoque desde la política de algunas propuestas del Banco Mundial sobre reforma institucional. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n. 18, p. 1-17. Caracas, Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo.
- WILLIAMSON, John (2000). What Should the World Bank think about the Washington Consensus? *The World Bank Research Observer*, v. 15, n. 2, p. 251-64.

WISNER, Alain (1994). *A inteligência no trabalho*. São Paulo, Fundacentro.

WOLFENSOHN, James D. (2002). Banco Mundial: tiempo para la acción. Discurso ante la Junta de Gobernadores. Washington, 29 de septiembre de 2002. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/reuniones/anuales/pressrel.htm>>; captado em: 24-8-2006.